Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Randon S.A. Implementos e Participações ("Companhia"), constituída como uma "sociedade anônima" domiciliada no Brasil com suas ações negociadas na BM&F Bovespa (RAPT3 e RAPT4) tem por objeto, a) industrialização, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo; b)participação no capital social de outras sociedades; c) administração de bens móveis e imóveis próprios; d) transporte rodoviário de cargas; e, e) prestação de serviços atinentes a seus ramos de atividades. A Companhia, com sede na Avenida Abramo Randon nº 770, Bairro Interlagos – Caxias do Sul – RS, possui também operações através de empresas controladas sediadas no Brasil, Argentina, Chile, México, China, Alemanha, Estados Unidos e África do Sul.

Combinação de negócios

Aquisição da Freios Controil Ltda

A Companhia, através da sua controlada Fras-le S.A., adquiriu, em 1º de janeiro de 2012, 99,99% das quotas representativas do capital social da Ltda. ("Controil"), empresa que atua na fabricação de autopeças, com foco principal em componentes para freios. A aquisição tem com objetivo principal ampliar e diversificar o portfolio de seus produtos junto aos seus clientes domésticos.

O valor justo dos ativos e passivos identificáveis da Controil na data de aquisição, avaliado por empresa independente, é apresentado a seguir:

	Valor Justo na Aquisição
Caixa e equivalente de caixa	845
Contas a receber	14.885
Estoques	15.606
Impostos a recuperar	1.059
Ativo imobilizado	53.386
Intangível	1.405
Outros ativos	5.692
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre valor justo	(6.650)
Fornecedores	(5.052)
Instituições financeiras	(51.729)
Provisão para litígios	(4.100)
Outros passivos	(8.233)
Total de ativos identificáveis líquido	17.114
Valor da contraprestação	(10.000)
Deságio (compra vantajosa)	7.114

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Combinação de negócios--Continuação

Aquisição da Freios Controil Ltda.--Continuação

Na data da aquisição, foi identificado e registrado um passivo contingente adicional no valor de R\$1.968, resultante de riscos trabalhistas não provisionados anteriormente. Na data do balanço, o passivo contingente foi reacessado e determinou-se o montante de R\$1.968, o qual é baseado no resultado provável esperado.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Controil contribuiu para a Companhia com receitas de R\$100.354, e prejuízos de R\$5.839 desde a data da aquisição.

O deságio (compra vantajosa) apurado representa substancialmente o ganho apurado sobre a mais valia dos ativos tangíveis em relação ao valor da contraprestação paga.

Mudança de participação em controlada e incorporação

Mudança de participação e incorporação da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.

Conforme fato relevante divulgado ao mercado no dia 29 de abril de 2013, a Companhia celebrou contrato de compra e venda com Meritor Heavy Vehicle Systems, LLC ("HVS") e Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. ("Meritor do Brasil") das quotas representativas de 49,999% do capital social da sua controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. ("Suspensys"), empresa na qual já detinha participação de 50,001%. Esta aquisição, aprovada pelo Conselho de Administração, faz parte do plano estratégico de expansão e desenvolvimento das Empresas Randon. A transação, no valor total de US\$195 milhões, foi concluída em 29 de julho de 2013, após aprovação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência ("CADE"). Por se tratar de transação realizada com partes relacionadas, o excedente do valor justo da contrapartida paga (ágio) frente ao valor contábil do investimento na data de aquisição totalizou R\$302.612 e foi registrado no patrimônio líquido na rubrica de reserva de capital, liquido dos impactos tributários de R\$102.888 (Nota 17). O desembolso efetivo de caixa no momento da aquisição totalizou R\$421.072.

Subsequentemente, conforme deliberado pela Assembléia Geral Extraordinaria de 31 de dezembro de 2013, foi aprovada pelo Conselho de Administração a incorporação da controlada Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. A Incorporação foi baseada em estudos que indicavam uma economia de atividades administrativas e operacionais, com reflexos de natureza financeira e fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

Mudança de participação em controlada e incorporação--Continuação

Mudança de participação e incorporação da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.--Continuação

O acervo líquido incorporado em 31 de dezembro de 2013 está composto pelos seguintes ativos e passivos:

	Valor Contábil
Ativos	
Caixa e equivalente de caixa	152.178
Aplicações financeiras	33.075
Contas a receber	80.344
Estoques	63.808
Impostos a recuperar	20.677
Imobilizado	218.332
Intangível	13.445
Outros ativos	2.415
	584.274
Passivos	
Financiamentos e Empréstimos	216.857
Fornecedores	29.815
Adiantamento de Clientes	3.823
Impostos e contribuições a pagar	8.153
Salários e encargos	5.738
Participações dos Empregados e dos Administradores	6.099
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.601
Provisão para Contingencias	872
Outros passivos	6.208
	281.166
Total do acervo líquido incorporado	303.108

O acervo líquido incorporado inclui o resultado apurado no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado a seguir:

	2013
Receita líquida de vendas	982.396
Custos dos serviços	(820.480)
Despesas operacionais	(66.896)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4.596)
Imposto de renda e contribuição social	(26.727)
Lucro líquido do exercício	63.697

Em função dessa incorporação, a comparabilidade das demonstrações financeiras da controladora foi prejudicada, sendo possível a comparação através das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Certos valores de saldos patrimoniais de 2012, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados, para adequá-los às respectivas transações do exercício de 2013.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 25 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversos critérios de avaliação utilizados nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, julgadas pela administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, as estimativas do valor em uso dos terrenos, máquinas e edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação--Continuação

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, apresentadas abaixo:

Randon Argentina S.A. (a) Randon Middle East (f) Randon Automotive Ltda. (a) Randon Maghreb S.A.R.L. (f) Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b) Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b) Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b) Master Sistemas Automotivos Ltda.(b) Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.(e) Randon Administradora de Consórcios Ltda. (b) Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b) Randon Investimentos Ltda.(b) Fras-le S.A.(b) Fras-le Argentina S.A. (a) Fras-le North America, Inc. (a) Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a) Fras-le Europe(a) Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltda. (a)

Fras-le México S de RL de CV (a) Fras-le Africa Automotive (Pty) Limited(a)

Freios Controil Ltda. (d) Fras-le Middle East (c)

		Pe	rcentual d	e participa	açao
		2	013	2	012
Objeto Social	País Sede	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Fabricação e comércio de implementos rodoviários	Argentina	94,99	5,01	99,99	-
Representação e comércio de implementos rodoviários	Emirados Árabes Unidos	-	-	100	-
Representação e comércio de implementos rodoviários	África do Sul	100	-	100	-
Representação e comércio de implementos rodoviários	França	-	-	100	-
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para caminhões	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	51	-	51	-
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	-	22,88	27,12
Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	Brasil	99,57	-	99,57	-
Fundição de ferro e aço	Brasil	99,99	-	99,99	-
Holding de instituição financeira	Brasil	99,99	-	99,99	-
Fabricação de peças e acessórios para sistema de freios de veículos	Brasil				
automotores		46,31	-	45,22	-
Representação e comércio de autopeças	Argentina	6	94	6	94
Fabricação e comércio de autopeças	EŪA	-	100	-	100
Representação e comércio de autopeças	Chile	-	99,99	-	99,99
Representação e comércio de autopeças	Alemanha	-	100	-	100
Fabricação e comércio de autopeças	China	-	100	-	100
Representação e comércio de autopeças	México	-	99,66	-	99,66
Representação e comércio de autopeças	Africa do Sul	-	100	-	100
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	Brasil	-	99,99	-	99,99
Representação e comércio de autopeças	Emirados Árabes Unidos	-	100	-	100

Devenuel de neuticinosão

- (a) Sociedade controlada no exterior.
- (b) Sociedade controlada no País.
- (c) Sociedade controlada no exterior da Randon S.A. Implementos e Participações, constituída em maio de 2012.
- (d) Sociedade da controlada Fras-le S.A., adquirida no País em janeiro de 2012.
- (e) Sociedade controlada no país, incorporada em 31 de dezembro de 2013.
- (f) Sociedade controlada no exterior, cujas atividades foram encerradas em 03 de outubro 2012 (Randon Middle East) e 31 de janeiro de 2013 (Randon Maghreb S.A.R.L.).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.2 Base de consolidação--Continuação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos entre as empresas, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

2.3 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.3 Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada no patrimônio.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.4 Reconhecimento de receita--continuação

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço de manutenção e assessoria é reconhecida com base no serviço prestado.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

i. Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira -- Continuação

ii. Empresas Randon

Os ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pelas taxas médias mensais do exercício. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa são classificadas na categoria "empréstimos e recebíveis". A abertura dessas aplicações por tipo de classificação está apresentada na Nota 5.

2.7 Aplicação financeira de liquidez não imediata

A classificação das aplicações financeiras depende do propósito para o qual o investimento foi adquirido e estão ajustadas a valor justo, de acordo com a categoria, conforme descrito na Nota 2.25. Quando aplicável, os custos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo financeiro são adicionados ao montante originalmente reconhecido.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5i.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.8 Contas a receber de clientes--Continuação

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas— custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u>— custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, excluindo os custos de empréstimos.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.10 Cotas de consórcio

Avaliados pelo valor do crédito objeto do investimento em cotas de grupos de consórcio, até a data do balanço, sendo classificáveis como recebíveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.11 Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Outros investimentos, que não se enquadrem na categoria acima, são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve perda sobre investimentos em controlada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.12 Imobilizado

Registrados ao custo de aquisição ou formação, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo.

	Controlado	ra	Consolida	do
	Vida útil média	% ano	Vida útil média	% ano
F 100 ~	10	0.0	40	0.0
Edificações	49 anos	2,0	43 anos	2,3
Máquinas e equipamentos	15 anos	6,7	14 anos	7,1
Moldes	8 anos	12,5	9 anos	11,1
Veículos	10 anos	10,0	8 anos	12,5
Móveis e utensílios	13 anos	7,7	13 anos	7,7
Equipamentos de informática	4 anos	25,0	6 anos	16,7
Direito uso substação	-	-	24 anos	4,2

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados é necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.12 Imobilizado--Continuação

Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. A Companhia capitaliza custos de empréstimos para todos os ativos elegíveis.

2.13 Arrendamentos mercantis

Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Arrendamento operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados na rubrica de aluqueis e leasing em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução no valor recuperável, sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 8 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.16 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação. Para as transações a prazo a Companhia e suas controladas utilizam a variação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo.

O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contra partida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerado como receita financeira e será apropriado com base na medida do custo amortizado e a taxa efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e custos, e sua realização tem como contra partida a conta de despesa financeira, pela fruição do prazo de seus fornecedores.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram identificadas outras transações que fossem consideradas relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2.17 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.17 Provisões--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.18 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os mesmos são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas--Continuação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliqu	iotas
	Controladora	Consolidado
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 17%	0% a 18%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 20%	0 % a 20%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 4%	2% a 5%
IVA – Imposto sobre valor adicionado	-	3,5% a 32,5%

Esses encargos são contabilizados como deduções de vendas. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados reduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Tributação -- Continuação

Impostos diferidos -- Continuação

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.18 Tributação -- Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos e levam em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

2.19 Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar, do tipo contribuição definida com benefício mínimo garantido, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O referido plano contempla os seguintes benefícios: aposentadoria normal, aposentadoria antecipada, aposentadoria por invalidez, pensão por morte, benefício proporcional e benefícios mínimos garantidos. O plano de benefício é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente no patrimônio líquido, no grupo de resultados abrangentes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC33 (R1) – Benefício a Empregados.

Os custos de patrocínio de plano de pensão da Companhia são reconhecidos como despesas no momento em que são realizadas as contribuições.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.20 Outros benefícios a empregados

Outros benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada — contribuição definida, (Nota 24). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.21 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, básico e diluído – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (R1) (IAS 33).

2.22 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações em tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

2.23 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.24 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n° 641, de 05 de dezembro de 2010, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos derivativos. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pelo CPC 38. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de *hedge eficazes*. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Após a mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.25 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxo de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber o fluxo de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda e *swaps* de taxa de juros para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio e o risco de variação das taxas de juros, respectivamente.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos *hedge*s de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

A Controlada Fras-le S.A. utiliza o registro de derivativos como *hedge accounting*, classificados na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa, com o objetivo de proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Quanto a *hedge* de fluxos de caixa, espera-se que esses *hedge*s sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar a sua efetividade ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

O critério utilizado na sua contabilização é como segue:

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado financeiro.

Quando a estratégia documentada da gestão de risco da Companhia para uma relação de *hedge* em particular excluir da avaliação da eficácia de *hedge* um componente específico do ganho ou perda ou os respectivos fluxos de caixa do instrumento de *hedge*, esse componente do ganho ou perda excluído é reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos imediatamente para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa financeira objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Quando o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial do ativo ou passivo não financeiro.

Se a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado.

Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem diferidos no patrimônio líquido na reserva de outros resultados abrangentes até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Sumário das políticas contábeis--Continuação

2.26 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge--Continuação

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou separado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

Os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal são classificados de forma consistente com os fluxos de caixa do contrato principal.

Os instrumentos derivativos designados como tal e que são efetivamente instrumentos de *hedge* eficazes são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

2.27 Informação por segmento

As informações por segmento operacional são apresentados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos aos principais tomadores de decisões operacionais, sendo estes a diretoria executiva, que também são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos registrados. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas confiáveis, para possíveis consequências em eventuais fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela Companhia e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Benefícios de Aposentadoria

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base.

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide Nota 11.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. A administração pretende adotar tais medidas quando as mesmas se tornarem aplicáveis a Companhia.

- <u>IAS 32 Compensação entre Ativos e Passivos Financeiros:</u> Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que estas alterações sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos do IFRS e/ou revisões efetuadas--Continuação

- <u>IFRIC 21 Tributos</u>: Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 seja relevante em suas demonstrações financeiras.
- <u>IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge:</u> Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	ladora	Conso	lidado
·	BRGAAP		IFRS	
- -	2013	2012	2013	2012
Caixa e bancos	87.002	325	133.588	13.371
Numerários em trânsito (a)	211.811	48.635	242.563	65.169
Aplicações financeiras (b)	455.043	507.543	790.399	776.715
· -	753.856	556.503	1.166.550	855.255

- (a) Os numerários em trânsito referem-se a recebimentos de exportações mantidos em instituição financeira no exterior, pendentes de fechamento de contratos de câmbio na data de encerramento das demonstrações financeiras.
- (b) As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 70% e 106% (80,0% a 108,0% em 31 de dezembro de 2012) do Certificado de Depósito Interbancário CDI e aplicações financeiras em dólares americanos remuneradas a 1% a.a., ambos com liquidez diária ou perda insignificante de valor no resgate antecipado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Aplicações financeiras de liquidez não imediata

		Control	adora	Consc	olidado
		BRG	AAP	IF	RS
Aplicação	Remuneração	2013	2012	2013	2012
CDB	100% a 108% do CDI	189.813	92.503	198.997	239.143
CDB	100,0% do CDI		-	6.958	5.040
USD	TJLP + 2,5% + Spread	-	-	41.324	-
Total	•	189.813	92.503	247.279	244.183
(-) Circulante (a)		129.613	=	-	<u> </u>
Não circulante (b)		60.200	=	-	-

- (a) Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e em moeda estrangeira (USD) mantidas em bancos de primeira linha.
- (b) Refere-se a aplicação em Letra Financeira Subordinada junto a controlada Banco Randon S.A. (Nota 10). A aplicação, com vencimento em 15 de dezembro de 2023, possui remuneração mensal de 100% do CDI, pagos semestralmente a partir de 09/07/2019. Em 31 de dezembro de 2013, o valor atualizado da dívida subordinada é de R\$ 60.200.

7. Clientes

Control	adora	Consoli	dado
BRGA	AAP	IFR	S
2013	2012	2013	2012
375.107	271.863	864.414	675.561
302.962	181.871	829.979	664.284
62.741	80.120	-	-
9.404	9.872	34.435	11.277
74.760	56.336	130.025	122.028
62.875	43.797	130.025	122.028
11.885	12.539	-	-
449.867	328.199	994.439	797.589
(1.862)	(1.342)	(2.991)	(1.887)
(14.745)	(10.016)	(23.896)	(20.170)
433.260	316.841	967.552	775.532
433.260	316.841	791.747	668.391
-	-	175.805	107.141
	8RG/ 2013 375.107 302.962 62.741 9.404 74.760 62.875 11.885 449.867 (1.862) (14.745)	375.107 271.863 302.962 181.871 62.741 80.120 9.404 9.872 74.760 56.336 62.875 43.797 11.885 12.539 449.867 328.199 (1.862) (1.342) (14.745) (10.016) 433.260 316.841	BRGAAP IFR: 2013 2012 2013 375.107 271.863 864.414 302.962 181.871 829.979 62.741 80.120 - 9.404 9.872 34.435 74.760 56.336 130.025 62.875 43.797 130.025 11.885 12.539 - 449.867 328.199 994.439 (1.862) (1.342) (2.991) (14.745) (10.016) (23.896) 433.260 316.841 967.552 433.260 316.841 791.747

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os prazos médios de recebimentos para o mercado interno são de 33 e 38 dias, respectivamente, e para o mercado externo 38 e 42 dias, respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes--Continuação

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Control	ladora	Consol	idado
	BRGAAP		IFR	RS
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	(10.016)	(10.047)	(20.170)	(15.596)
Adições	(14.659)	(4.054)	(26.412)	(13.541)
Baixa / realizações	9.930	4.085	22.686	8.967
Saldo no final do exercício	(14.745)	(10.016)	(23.896)	(20.170)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consol	idado
	BRG	AAP	IFR	IS
	2013	2012	2013	2012
A vencer	276.065	227.830	727.560	563.946
De 1 a 30 dias	146.696	62.129	197.746	151.479
De 31 a 60 dias	4.231	17.055	30.045	40.782
De 61 a 90 dias	3.086	5.763	5.364	13.427
De 91 a 180 dias	1.611	3.951	11.229	9.365
Acima de 181 dias	18.178	11.471	22.495	18.590
Total	449.867	328.199	994.439	797.589

8. Estoques

Produtos acabados
Produtos em elaboração
Matérias-primas
Materiais diversos
Provisão para estoques obsoletos
Adiantamentos a fornecedores
Importações em andamento

Controladora		Consolidado			
BRGAA	AAP IFRS		RS		
2013	2012	2013	2012		
18.236	26.721	107.007	117.191		
67.292	51.986	112.949	110.509		
88.275	70.593	201.836	185.266		
49.275	41.073	69.234	79.592		
(4.538)	(2.595)	(9.331)	(4.823)		
5.202	9.030	11.565	18.789		
4.810	15.387	25.697	26.774		
228.552	212.195	518.957	533.298		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques--Continuação

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

	Control	adora	Consolidado		
	BRGAAP		IFRS		
	2013	2012	2013	2012	
Saldo no início do exercício	(2.595)	(347)	(4.823)	(1.586)	
Adições	(4.886)	(2.458)	(8.602)	(6.109)	
Recuperações/ realizações	2.943	210	4.094	2.872	
Saldo no final do exercício	(4.538)	(2.595)	(9.331)	(4.823)	

9. Impostos e contribuições a recuperar

	Control	adora	Consolidado		
	BRGAAP		IFRS		
	2013	2012	2013	2012	
ICMS (a)	12.224	5.143	42.686	44.307	
IPI (b)	55.340	37.644	58.582	46.937	
Imposto de renda e contribuição social (c)	46.488	36.878	56.898	44.349	
COFINS (d)	11.699	6.095	18.431	21.960	
PIS (d)	2.548	1.336	3.998	4.756	
Imposto sobre valor adicionado - IVA (e)	-	-	30.149	22.768	
Reintegra (f)	5.841	5.992	13.189	13.637	
Outros	2.145	5.250	8.297	12.359	
Total	136.285	98.338	232.230	211.073	
(-) Circulante	124.178	91.246	199.145	183.439	
Não circulante	12.107	7.092	33.085	27.634	

a) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS:

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b) Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI:

O saldo compõe-se substancialmente de valores originados das operações mercantis, podendo ser compensados com tributos da mesma natureza.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

c) Imposto de Renda e Contribuição Social - IR e CS:

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

d) <u>Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – PIS e COFINS:</u>

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

e) <u>Imposto sobre valor adicionado – IVA:</u>

O saldo é composto por créditos de imposto sobre valor adicionado a recuperar pelas controladas Randon Argentina S.A. e Fras-le Argentina S.A.. Os referidos créditos não prescrevem e a Companhia espera que sua recuperação ocorra entre 6 e 18 meses.

f) Reintegra:

O saldo de Reintegra refere-se a um regime tributário no qual a Companhia toma crédito de exportação de bens manufaturados existentes em sua cadeia de produção. A compensação de tais créditos ocorre quando da apuração de valores a pagar, relativamente a qualquer outro tributo federal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos:

	Ativo			Passivo			
	Contas a receber por vendas	Aplicações financeiras e outros	JSCP a receber	Dividendos a receber	Contas a pagar por compras	Adiantamentos de controladas	Mútuos a pagar
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d)							
Saldo 31/12/2013	4	-	3.235	18.321	-	-	-
Saldo 31/12/2012	14	-	6.496	615	1.305	-	-
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2013	1.124	-	1.130	5.032	655	40	-
Saldo 31/12/2012	522	-	1.272	2.632	150	-	-
Randon S.A. Implementos e Participações(b)							
Saldo 31/12/2013	-	-	2.406	-	408	-	-
Saldo 31/12/2012	354	-	-	1.619	1.490	-	-
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (h)							
Saldo 31/12/2013	<u>.</u>	•	-	.		•	-
Saldo 31/12/2012	212	-	-	3.411	110	-	-
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2013	42.651	-	-	-	1.645	26	-
Saldo 31/12/2012	56.157	-	-	-	1.896	-	-
Randon Brantech Imp.para o Transp. Ltda. (b)	10010					_	
Saldo 31/12/2013	18.818	-	-	-	-	1	-
Saldo 31/12/2012	22.837	-	-	•	-	-	-
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b)							
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	62 20	-	•	•	•	•	-
Saldo 31/12/2012	20	•	•	•	•	•	-
Fras-le Argentina S.A.(b)	4.000			07	-		
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	1.603 122	•	-	97 97	5	•	-
Saldo 31/12/2012	122	•	-	97	•	•	-
Randon Argentina S.A.(b)							
Saldo 31/12/2013	10.282	-	-	-	190	-	-
Saldo 31/12/2012	12.416	-	•	-	190	-	-
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b)				44.000			
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	48 5	-	-	11.653	-	-	-
Saldo 31/12/2012	5	•	-	-	•	•	-
Banco Randon S.A.(a)							
Saldo 31/12/2013	-	60.200	-	-	-	-	-
Saldo 31/12/2012	-	-	-	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (c)							
Saldo 31/12/2013	34	14	-	437	4	20	10.147
Saldo 31/12/2012	-	12	-	-	11	-	8.389*
C-14- 21/10/0012	74.606	60.014	6 771	25.540	0.717	07	10 147
Saldo 31/12/2013	74.626 92.659	60.214	6.771 7.768	35.540 8.374	2.717 5.152	87	10.147 8.389
Saldo 31/12/2012	92.009	12	7./08	8.374	ე.1ე∠	-	d.389

^(*) No consolidado o saldo de outras partes relacionadas foi de R\$16.160 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 27.865 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

	Transações			Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimento	Pagamento
Master Sistemas Automotivos Ltda. (b) e (d) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	6.105 4.254	47.315 22.198	:	:	15 12	5 7
Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	26.010 14.690	57.449 42.404	-	<u>.</u>	11 12	4 5
Randon S.A. Implementos e Participações(b) e (f) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	4.804 4.753	11.981 8.339	<u>-</u> -	- -	24 36	5 14
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (h) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	10.621 9.324	266.957 204.880	<u>-</u>	<u>-</u>	81 19	5 5
Randon Implementos para o Transporte Ltda.(b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	183.622 188.367	14.618 7.341	-	-	87 68	31 9
Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda. (b) e (e)	100.307	7.341	-	-	00	9
Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	49.622 31.845	6.942 5.401	23	<u>.</u> -	123 116	9 9
Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	728 544	- 71	<u>.</u> -	<u>.</u>	26 16	1
Freios Controil Ltda (b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	613	-	<u>-</u> -	-	16	:
Randon Argentina S.A.(b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	18.085 18.250	<u>.</u>	<u>.</u>	<u>.</u> -	155 235	<u>-</u> -
Randon Administradora de Consórcios Ltda.(b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	1.613 859	-	<u>-</u>	<u>.</u>	15 8	-
Banco Randon S.A. (b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	192 172	:	<u>.</u> 1	:	7 7	-
Randon MaghrebS.A.R.L (g) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	- 371	<u>.</u>	- 9		- 60
RandonMiddleEast. (g) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	- 178	<u>-</u> -	-	-	- 60
Randon Automotive Ltda.(b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	-	1.479 1.321	:	:	:	30 30
DRAMD Participações e Administração Ltda. (a) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>.</u>	<u>.</u>	:	233	<u>.</u>	<u>.</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

		Transações			Prazo médio		
	Venda de produtos e serviços	Compra de produtos e serviços	Receitas financeiras	Despesas financeiras	Recebimento	Pagamento	
Ravimia Corretora de Seguros Ltda.(c) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	<u>.</u>	-	<u>.</u>	- 43	-	:	
Fras-le Argentina S.A. (b) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	435 215	-	<u>-</u> -	- -	50 61	-	
Outras partes Relacionadas (c) Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	25 2	236 23	1 15	670 848	-	-	
Total Saldo 31/12/2013 Saldo 31/12/2012	302.475 273.275	406.977 292.527	1 39	670 1.133	- - -		

- (a) Sociedade controladora direta e final da Companhia;
- (b) Empresas controladas de forma direta e indireta pela Companhia;
- (c) Outras partes relacionadas saldos de mútuos a receber e a pagar mantidos junto a diretores, gerentes, membros do conselho de administração entre outras partes relacionadas;
- (d) A empresa controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. possui operações com seus respectivos quotistas, Arvin Meritor do Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e outras empresas do grupo empresarial Arvin Meritor;
- (e) Empresa controlada adquirida em 2012;
- (f) Empresa controlada constituída em 2012.
- (g) Sociedade controlada no exterior, cujas atividades foram encerradas em 2012 e 2013.
- (h) Sociedade controlada no país incorporada em 31 de dezembro de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as operações de vendas com as empresas do grupo Arvin Meritor atingiram o montante, na Master Sistemas Automotivos Ltda. de R\$116.238 (R\$112.283 em 31 de dezembro 2012), na Randon S.A. Implementos e Participações e suas controladas de R\$103.038 (R\$111.689 em 31 de dezembro de 2012) e na Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.de R\$ R\$95.572 (R\$102.213 em 31 de dezembro de 2012).

As operações de vendas com a empresas do grupo Jost Werke atingiram o montante, na Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. de R\$ 2.761 (R\$1.631 em 31 de dezembro de 2012) As transações comerciais praticadas com estas partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos em contrato de associação entre as partes. O acordo comercial leva em consideração o prazo, o volume e a especificidade dos produtos adquiridos pelas partes relacionadas, que não são comparáveis aos vendidos para partes não relacionadas.

Nas transações comerciais com vencimentos a prazo, a Companhia utiliza como taxa de juros o Certificado de Depósito Interbancário – CDI, que é a mesma taxa de referência para as transações comerciais praticadas com terceiros. Para as transações comerciais com vencimento à vista não são praticados juros.

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de mercadorias para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas, e vendas de insumos utilizados na produção. As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos utilizados no processo produtivo da Companhia.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias, não estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Informações sobre partes relacionadas--Continuação

Remuneração do pessoal-chave da Administração das Empresas Randon

A Companhia e suas controladas definiram como pessoal chave, o conselho de administração, a diretoria estatutária, o conselho fiscal, a diretoria não estatutária e os principais executivos das empresas controladas.

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão representados como segue:

Benefícios de curto prazo (salários, ordenados
participações nos lucros e despesas com
assistência médica)
Benefícios pós emprego – contribuições para
Randonprev
Total

	Controladora BRGAAP		dado
		IFR	
2013	2012	2013	2012
13.875	17.799	23.004	30.342
674	623	1.202	1.168
14.549	18.422	24.206	31.510

A Companhia não pagou às suas pessoas chave da administração, remuneração em outras categorias de i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia é patrocinadora da RANDONPREV — Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

O plano é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, por atuário independente, para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. As contribuições efetuadas durante o exercício montaram R\$1.913 (R\$1.941 em 2012).

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício de 31 de dezembro de 2013 ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente. A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada, com base nos cálculos do atuário independente, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

A Companhia oferece plano de benefício definido que substancialmente cobre todos os seus empregados, sendo que as contribuições são feitas em fundos separados dos fundos próprios da Companhia.

As tabelas a seguir apresentam um resumo dos componentes da despesa de benefício liquido reconhecida na demonstração do resultado, bem como do status e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial:

	Controladora BRGAAP		Consolid	lado
-			IFRS	
-	2013	2012	2013	2012
Despesa líquida com benefício (reconhecida no custo de vendas)				
Custo de serviço corrente	559	229	1.076	800
Custo dos juros sobre VPO	555	376	1.005	912
Receita de juros sobre ativos do plano	(620)	(774)	(1.124)	(1.879)
Juros sobre o superávit irrecuperável		`175 [°]		` 406 [°]
Custo de benefício definido no resultado	494	6	957	239
Rendimento real dos ativos do plano	(505)	(986)	(797)	(2.166)

Ativo (passivo) de benefícios

		Controladora BRGAAP		solidado FRS
	2013	2012	2013	2012
Obrigação com benefícios definidos	(5.025)	(5.042)	(9.299)	(11.938)
Valor justo dos ativos do plano	6.737	`5.447 [´]	12.466	12.899
Ajuste devido	(1.303)	-	(2.411)	-
Ativo de benefícios	409	405	756	961

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

As movimentações no valor presente de obrigação com benefício definido são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
	BRGAAP	IFRS
Obrigação com benefício definido em 1º de janeiro de 2012	(3.772)	(9.154)
Custo de juros	(279)	(771)
Custo do serviço corrente	(377)	(913)
Benefícios pagos	231	466
Ganhos atuariais sobre obrigações	(845)	(1.566)
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2012	(5.042)	(11.938)
Saldo por incorporação	(1.536)	-
Custo de juros	(555)	(1.005)
Custo do serviço corrente	(559)	(1.077)
Benefícios pagos	318	488
Perdas atuariais sobre obrigações	2.349	4.233
Obrigação com benefício definido em 31 de dezembro de 2013	(5.025)	(9.299)

As movimentações no valor justo dos ativos do plano são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
_	BRGAAP	IFRS
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro de 2012	7.470	18.132
Retorno sobre o investimento	986	1.760
Contribuição do empregador	335	844
Benefícios pagos	(231)	(466)
Ganhos atuariais sobre obrigações	(3.113)	(7.371)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2012	5.447	12.899
Saldo por incorporação	1.660	-
Retorno sobre o investimento	(505)	(797)
Contribuição do empregador	453	853
Benefícios pagos	(318)	(489)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	6.737	12.466

O Companhia espera contribuir com R\$2.682 aos seus planos de previdência com beneficio definido em 2014. As principais categorias dos ativos do plano com uma porcentagem do valor justo dos ativos totais do plano são as seguintes:

	Contro	BRGAAP		olidado
	BRO			RS
	2013	2012	2013	2012
Ações	1.990	1.609	3.682	3.810
Títulos	4.747	3.838	8.784	9.089
	6.737	5.447	12.466	12.899

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários--Continuação

A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

	2013	2012
Taxa de desconto Rendimento esperado dos ativos do plano Taxa de crecimento salarial Taxa de crescimento de benefícios Expectativa de vida (em anos) em planos de previdência privada para participantes assistidos	12,42% - 8,56% 5,40%	8,62% 12,67% 7,64% 4,50%
com 60 anos: Homens Mulheres	24,59 27,42	24,59 27,42

A expectativa estimada de benefício definido para o próximo exercício são as seguintes:

	Controladora	Consolidado
O	BRGAAP	IFRS
Contribuições esperadas para o exercício a encerrar em 31 de dezembro de 2014		
Empresas	496	927
Participantes	1.117	1.943
	1.613	2.870
Perfil de vencimento da obrigação de benefício definido		
Pagamentos de benefícios esperados no exercício a findar-se em 31 de		
dezembro de 2014	256	573
Pagamentos de benefícios esperados nos exercícios a findar-se em 31		
de dezembro de 2015 a 31 de dezembro de 2023	3.738	6.930
<u> </u>	3.994	7.503
Análise da obrigação de benefício definido por categoria do participante		
Participantes ativos	4.856	8.911
BPDs	24	67
Aposentados	145	321
	5.025	9.299
Informações Patrimoniais		
Percentual de alocação total em 31 de dezembro de 2013		
Renda variavel	20,06%	20,06%
Renda fixa	77,68%	77,68%
Outros	2,26%	2,26%
	100,00%	100,00%
Resultado do Exercício		_
Custo de serviço corrente	383	752
Juros líquido sobre passivo/(ativo) líquido	(81)	(151)
<u> </u>	302	601

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos

Composição dos saldos

	Controladora BRGAAP		Consoli	idado
-			IFR	S
-	2013	2012	2013	2012
Participação em empresas controladas	773.830	837.633	-	-
Participação de outras empresas nas controladas	-	-	-	63.115
Lucro não realizado nos estoques	(979)	(838)	-	-
Lucros não realizados em imóveis	-	(449)	-	-
Outros investimentos	2.464	2.464	3.233	3.232
Provisão para desvalorização dos investimentos				
mantidos ao custo	(884)	(884)	(1.514)	(1.514)
_	774.431	837.926	1.719	64.833
=				

Movimentação dos saldos

A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada:

	Contro	ladora	Consolidado			
	BRG	AAP	IFR	S		
	2013	2012	2013	2012		
Saldos no início do exercício	837.926	826.397	64.833	72.190		
Adições	236.402	13.659	3.423	1.900		
Equivalência patrimonial	142.306	70.116	-	-		
Acrescimo de participação societária	4.306	-	-	-		
Redução de participação societária	(73.689)	-	(66.537)	(9.257)		
Variação cambial das investidas no exterior	(1.529)	(219)	` <u>-</u>	` -		
Passivo a descoberto de controlada Juros sobre capital próprio e dividendos	(26)	` 11	-	-		
recebidos	(68.196)	(73.056)	-	-		
Baixas por incorporação (Nota 1)	(303.108)		-	_		
Lucro não realizado nos estoques / imóveis	` 308 [´]	(164)	-	-		
Resultado abrangente de controladas	(269)	1.182	-	-		
Saldos no final do exercício	774.431	837.926	1.719	64.833		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Investimentos--Continuação

Movimentação dos saldos

	Fras-le S.A.	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda.	Randon Implementos para o Transporte Ltda.	Randon Administradora de Consórcios Ltda.	Randon Brantech Impl para o Transporte Ltda.	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.	Randon Investiment os Ltda.	Randon Automotive Ltda.	Randon Maghreb S.A.R.L.	Fras-le Argentina S.A.	Total
Saldos em 31 de dezembro														
de 2012	165.854	54.644	143.130	27.881	179.307	54.331	21.676	18.270	123.541	47.978	78	-	943	837.633
- Aumento de participação societária	-	209.108	-	-	-	-	2.294	-	-	25.000	-	-	-	236.402
 Redução de participação societária (*) Baixa Investimento por 	-	(2)	(72.777)	-	-	-	-	(910)	-	-	-	-	-	(73.689)
incorporação - Juros sobre capital próprio e	-	(303.108)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(303.108)
dividendos recebidos	(7.056)	(641)	(36.413)	(8.480)	-	(15.169)	-	-	-	(437)	-	-	-	(68.196)
 Ajustes de avaliação patrimonial Resultados abrangentes 	1.323 (260)	- (7)	-	(2)	- 2	- (1)	-	(2.689)	-	-	(9)	(6) (1)	(148)	(1.529) (269)
Equivalência patrimonial Acrescimo de participação	18.066	40.006	30.090	12.619	15.844	12.963	17.005	3.345	(11.714)	3.851	95	33	103	142.306
societária em controlada - Passivo a descoberto de	4.306	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.306
controlada		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(26)	-	(26)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	182.233		64.030	32.018	195.153	52.124	40.975	18.016	111.827	76.392	164	-	898	773.830

^(*) Na controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. representa a redução de capital social, aprovada em 18 de junho de 2013, mediante pagamento aos sócios com as quotas representativas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.

Juros sobre o capital próprio e dividendos recebidos

Até 31 de dezembro de 2013, a Companhia recebeu de controladas juros sobre o capital próprio no valor de R\$14.268 (R\$18.397 em 31 de dezembro de 2012). A Companhia recebeu dividendos de controladas no valor de R\$53.928 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$54.659 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.Investimentos--Continuação

Informações das investidas

	Fras-le S.A. I (*)	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (**)	Master Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (*)	Randon Implementos para o Transporte Ltda.		Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda	Randon Argentina S.A.	Castertech Fundição e Tecnologia Ltda.(*)	Randon Investimentos Ltda	Randon Automotive Ltda.	Randon Maghreb S.A.R.L	Fras-le Argentina S.A.	Contro	oladora
_														2013	2012
Capital social Quantidade total de ações ou quotas da investida (em lotes de mil)	170.000	228.000	60.000	5.690	150.000	30.000	11.149	2.593	170.000	75.100	34	-	6.622		
· Ordinárias ´	99.981	-	-	-	-	-	-	4.882	-	-	-	-	14.099		
 Preferenciais 	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
 Quotas Participação no capital social, no final 	-	100	60.000	5.690	150.000	30.000	11.149	-	170.000	75.100	210	-	-		
do exercício - %	46,31	100,00	51,00	51,00	99,99	99,57	99,99	94,99	99.99	99.99	100,00	-	6,00		
Ativos	913.969	584.274	315.471	99.288	276.163	135.390	75.122	60.194	163.466	393.284	174	-	48.108		
Passivos	519.026	281.166	189.349	35.311	80.990	83.040	34.143	41.229	51.267	316.891	10		33.143		
Receita Liquida	717.281	982.396	518.063	236.632	437.428	75.692	158.866	86.336	78.388	22.974	1.581		72.822		
Patrimônio líquido															
ajustado Lucro líquido do	394.943	303.108	126.122	63.977	195.173	52.350	40.979	18.965	112.199	76.393	164	-	14.965		
exercício Ajustes de	40.003	63.697	59.021	24.697	15.846	13.019	17.006	3.384	11.625	3.851	96	-	1.722		
avaliação patrimonial Equivalência	1.323	-	-	-	-	-	-	(2.689)	-	-	(9)	(6)	(148)	(1.529)	(219)
patrimonial	18.066	40.006	30.090	12.619	15.844	12.963	17.005	3.345	(11.714)	3.851	95	33	103	142.306	70.116
Valor do investimento	182.233	-	64.030	32.018	195.153	52.124	40.975	18.016	111.827	76.392	164		898	773.830	837.633

^(*) Exclui lucros não realizados nos estoques: Fras-le S.A. (R\$656), Master Sistemas Automotivos Ltda. (R\$292), Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. (R\$611) e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda. (R\$364).

(**) Empresa incorporada em 31 de dezembro de 2013 – Vide Nota 1.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado Bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	lmobilizado em andamento	andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	346.421	245.980	9.654	10.768	16.469	21.784	1.064	652.140
Aquisições Baixas	10.280 (5.301)	8.067 (4.417)	200 (242)	307 (176)	310 (1.007)	1.192 (615)	5.299	25.655 (11.758)
Transferências Saldo de abertura por incorporação de	3.106	15.600	9	5	154	(14.481)	(5.083)	(690)
controlada – Nota 1 Saldos em 31 de dezembro 2013	118.862 473.368	225.052 490.282	1.928 11.549	2.510 13.414	1.803 17.729	14.927 22.807	221 1.501	365.303 1.030.650

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	(43.777)	(112.967)	(5.533)	(8.341)	(9.823)	-	-	(180.441)
Depreciação Baixas Saldo de abertura por Incorporação de	(5.461) 159	(17.948) 3.599	(579) 143	(1.102) 170	(1.250) 484	-	-	(26.340) 4.555
controlada – Nota 1 Saldos em 31 de dezembro 2013	(8.324) (57.403)	(135.077) (262.393)	(1.018) (6.987)	(1.890) (11.163)	(662) (11. 251)	-	-	(146.971) (349.197)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro 2012	302.644	133.013	4.121	2.427	6.646	21.784	1.064	471.699
Saldos em 31 de dezembro 2013	415.965	227.889	4.562	2.251	6.478	22.807	1.501	681.453

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

Consolidado

Custo do imobilizado Bruto	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	lmobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	692.972	1.157.346	38.848	26.855	25.819	168.827	11.045	2.121.712
Aquisições	14.644	43.197	1.043	1.567	704	59.613	19.436	140.204
Baixas	(5.342)	(14.309)	(429)	(702)	(2.182)	(1.271)	-	(24.235)
Transferências/Reclassificação	102.144	Ì01.444 [′]	(3.998)	1.839	` 26´	(173.930)	(28.313)	` (788)
Variação cambial	(968)	2.859	650	21	(36)	3.604	5	6.135
Saldos em 31 de dezembro 2013	803.450	1.290.537	36.114	29.580	24.331	56.843	2.173	2.243.028

Depreciação e perda do valor Recuperável	Terrenos e prédios	Máquinas, equipamentos e moldes	Móveis e utensílios	Equipamentos de computação	Veículos	Imobilizado em andamento	Importação em andamento e adiantamento a fornecedor	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	(97.781)	(614.532)	(21.267)	(21.232)	(14.780)	-	-	(769.592)
Depreciação Baixas Transferência Variação cambial Saldos em 31 de dezembro 2013	(13.788) 168 - 145 (111.256)	(77.920) 8.940 (275) (854) (684.641)	(2.230) 265 1.195 (200) (22.237)	(2.713) 669 (886) (75) (24.237)	(1.979) 1.215 (34) 29 (15.549)	- - - -	- - - - -	(98.630) 11.257 - (955) (857.920)
Valor residual líquido								
Saldos em 31 de dezembro 2012	595.191	542.814	17.581	5.623	11.039	168.827	11.045	1.352.120
Saldos em 31 de dezembro 2013	692.194	605.896	13.877	5.343	8.782	56.843	2.173	1.385.108

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

As imobilizações em andamento consolidadas estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais, conforme relacionado abaixo, e espera-se que esses projetos sejam concluídos ao longo de 2014.

Construções e benfeitorias em imóveis Fabricação e instalação de máquinas e
equipamentos
Fabricação de ferramentas

		Consolidado					
BRG	AAP	IFRS					
2013	2012	2013	2012				
18.264	5.537	19.791	76.887				
3.667 876	16.015 232	32.729 4.323	87.205 4.735				
22.807	21.784	56.843	168.827				

Custos de empréstimos capitalizados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os custos de empréstimos capitalizados pela controladora foram de R\$1.761. No consolidado, o montante de custo de empréstimos capitalizados no exercício, foi de R\$3.056 (R\$1.514 em 31 de dezembro de 2012). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimos passíveis de capitalização foi de 0,37% a.m. (0,28% a.m. em 2012), que representa a taxa efetiva dos empréstimos específicos.

Arrendamentos mercantis financeiros e ativos em construção

O valor contábil do imobilizado mantido sob compromisso de arrendamento mercantil financeiro em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$7.947 (R\$2.764 em 31 de dezembro de 2012).

Terrenos com valor contábil de R\$47.667 (R\$78.546 em 31 de dezembro de 2012) estão sujeitos à hipoteca de primeiro grau como garantia de dois empréstimos bancários da Companhia.

Os ativos em construção serão registrados como "terrenos e prédios" após finalização da construção.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados desta poderiam estar acima do valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

Controladora

		Intangível		
	Marcas e	em	Software e	
Custo ou avaliação	patentes	andamento	licenças	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	202	520	70.386	71.108
Aquisições	-	564	8.114	8.678
Baixas	-	-	(8)	(8)
Transferências	-	(520)	1.210	690
Saldos de abertura por Incorporação de				
controlada – Nota 1	-	202	19.454	19.656
Saldos em 31 de dezembro 2013	202	766	99.156	100.124
Amortização e perda do valor Recuperável				
Saldos em 31 de dezembro 2012	-	-	(18.278)	(18.278)
Amortização	-	-	(8.021)	(8.021)
Baixas	-	-	5	5
Saldos de abertura por Incorporação de				
controlada - Nota 1	-	-	(6.211)	(6.211)
Saldos em 31 de dezembro 2013		-	(32.505)	(32.505)
Valor residual líquido				
Saldos em 31 de dezembro 2012	202	520	52.108	52.830
Saldos em 31 de dezembro 2013	202	766	66.651	67.619

Consolidado

		Intangível		Direito de uso de	
	Marcas e	em	Software e	subestação de	
Custo ou avaliação	patentes	andamento	licenças	energia	Total
Saldos em 31 de dezembro 2012	227	1.568	153.027	13.780	168.602
Aquisições	-	884	9.859	-	10.743
Baixas	-	(5)	(13)	-	(18)
Transferências	-	(1.296)	2.115	(31)	788
Transferência por conclusão do processo		,		,	
de alocaçãodo PPA da Brantech	-	-	93	-	93
Saldos em 31 de dezembro 2013	227	1.151	165.081	13.749	180.208
Amortização e perda do valor Recuperável					
Saldos em 31 de dezembro 2012	-	-	(43.825)	(3.983)	(47.808)
Amortização	-	-	(17.466)	(1.375)	(18.841)
Baixas	-	-	5	-	5
Variação cambial		-	(45)	-	(45)
Saldos em 31 de dezembro 2013		-	(61.331)	(5.358)	66.689
Valor residual líquido					
Saldos em 31 de dezembro 2012	227	1.568	109.202	9.797	120.794
Saldos em 31 de dezembro 2013	227	1.151	103.750	8.391	113.519

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível—Continuação-

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada entre 5 e 8 anos, direitos de uso de subestação de energia, amortizados linearmente pelo prazo de 10 anos. A Companhia não possui ativos intangíveis gerados internamente.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável.

15. Provisão para litígios

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos no curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, tributárias, trabalhistas e previdenciárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

O quadro a seguir demonstra, nas datas bases de 31 de dezembro de 2013 e 2012, os valores estimados do risco contingente (perda), conforme opinião de seus assessores jurídicos:

Controladora:

Passivo		2013			2012		Depósito	Judicial
contingente	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	2013	2012
a) cível	659	6.658	2.982	495	1.863	1.685	12	13
b) tributário	100	64.000	21.089	100	37.767	38.016	285	285
c) trabalhista	5.601	2.245	873	2.024	2.106	882	514	57
d) previdenciário	151	-	-	270	-	-	377	377
Total:	6.511	72.903	24.944	2.889	41.736	40.583	1.188	732

Consolidado:

Passivo		2013			2012		Depósito	Judicial
contingente	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto	2013	2012
a) cível	1.516	7.749	2.982	1.674	3.186	5.297	14	13
b) tributário	1.282	115.885	125.603	3.083	86.581	212.310	2.506	14.040
c) trabalhista	8.705	12.642	2.603	4.416	8.526	2.023	1.191	419
d) previdenciário	702	3.636	1.468	4.563	9.296	-	13.095	1.199
Total:	12.205	139.912	132.656	13.736	107.589	219.630	16.806	15.671

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Cível – Representado por ações indenizatórias movidas por clientes contra a Companhia.

Tributário – Representado por autuações federais que se encontra, em andamento, parte na esfera administrativa e parte na esfera judicial.

A Companhia e suas controladas respondem por processos administrativos em andamento para os quais, quando há probabilidade de perda possível ou remota, e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas defesas, alegando a improcedência de tais autuações. Os principais processos com riscos possível e remoto de perda são os seguintes:

- a) <u>COFINS</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$9.065 pela compensação da COFINS com FINSOCIAL. Os créditos já foram compensados e a Companhia está buscando judicialmente o reconhecimento de tais compensações. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentado pela Companhia.
- b) Compensação com base no saldo negativo de IRPJ e CSLL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$13.830, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ e CSLL, com débitos de IRPJ e CSLL estimados, referentes ao período em que foram efetuadas operações societárias de incorporação e cisão parcial. Aguardando julgamento de embargos de declaração interpostos pela Companhia.
- c) Compensação com base no saldo negativo de CSLL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no valor atualizado de R\$ 2.607, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de CSLL apurados nos exercícios de 2004 e 2005.
- d) Compensação com base no saldo negativo de IRPJ A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no valor atualizado de R\$ 11.770, relativo ao indeferimento da declaração de compensação de saldos negativos de IRPJ apurados nos exercícios de 2005 e 2006.
- e) Exclusão de ICMS da Base de Cálculo PIS/FINSOCIAL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no valor atualizado de R\$18.438, por compensação realizada e não homologada, derivada de créditos obtidos em processo judicial. Aguardando julgamento, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, de Recurso Especial de Divergência apresentado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- f) IRPJ e CSLL A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$6.346, relativamente a suposto débito de IRPJ e CSLL decorrente de benefício fiscal relativo a crédito de juros sobre o capital próprio pago aos acionistas, apurado em valor excedente ao limite legal no ano calendário de 2007. O excesso refere-se a juros sobre o capital próprio reconhecidos no exercício de 2007, relativo ao ano base de 2003. Aguardando julgamento de Recurso.
- g) IRPJ A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil, no valor atualizado de R\$4.396, referente à cobrança de débito em razão da nãohomologação de créditos oriundos do saldo negativo de IRPJ, apurado no anocalendário de 2004, com IRPJ apurado por estimativa no mês de fevereiro de 2005. Aguardando julgamento de Recurso Voluntário apresentando pela Companhia.
- h) <u>IPI</u> A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil no valor atualizado de R\$4.122, relativamente à não-homologação de compensações de Impostos Federais referente à compra de créditos de terceiros. Aguardando julgamento de Recurso Especial apresentando pela Companhia.
- i) <u>PIS e COFINS</u> A Companhia apresentou manifestação de Inconformidade contra o despacho decisório, que deferiu parcialmente pedido de compensação de créditos de PIS e COFINS reconhecidos por decisão transitada em julgado. O valor atualizado do débito é R\$ 1.035. Aguardando admissibilidade de Recurso Especial interposto pela Companhia
- j) Compensação Créditos de Terceiros A Companhia está sendo executada pela União Federal, relativamente a cobrança de créditos tributários oriundos de processos administrativos decorrentes de compensações de débitos com créditos de terceiros, no valor de R\$10.439. A Companhia apresentou embargos à execução.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- k) Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte A controlada Fras-le S.A. foi autuada no valor atualizado de R\$91.492 e a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. no valor atualizado de R\$5.869, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agenciamento de vendas e serviços. O processo da controlada Master Sistemas Automotivos Ltda está em andamento na esfera administrativa. Com relação à controlada Fras-le S.A., houve julgamento do CARF no dia 11 de junho de 2013, sendo julgado, por maioria, procedente o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, determinando o integral cancelamento do débito em discussão. Atualmente a Companhia aguarda a formalização da decisão.
- IPI, PIS, COFINS A controlada Fras-le S.A. retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros quando da aquisição do controle acionário pela Randon S.A. Implementos e Participações, e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor atualizado do processo é R\$8.444. A União Federal ajuizou a execução fiscal para cobrar o suposto débito requerendo a penhora *on line* de valores nas contas da Companhia, o que foi deferido pela Justiça Federal em 23 de dezembro de 2011. No dia 27 de dezembro de 2011, foi penhorado nas contas da Companhia o valor de R\$ 7.223. A Companhia opôs Embargos a Execução Fiscal que foram julgados procedentes, inclusive pelo TRF, já tendo transitado em julgado a referida decisão e a Companhia aguarda a intimação desta última decisão.
- m) Imposto de Importação A controlada Fras-le S.A. foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e consequente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei nº 9.449/97, e artigo 6 do Decreto nº 2.072/96, no valor de R\$7.451. A controlada apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração. Em 06/10/2011 foi julgado o Recurso Voluntário apresentado pela Companhia, dando integral provimento, para cancelar o auto de infração. Diante da decisão proferida, foi apresentado Recurso Especial pela Fazenda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado -- Continuação

Tributário--Continuação

- n) Imposto de Renda e Contribuição Social A Companhia apresentou a Manifestação de Inconformidade contra o Despacho Decisório que não homologou a compensação declarada de créditos relativos à base negativa de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, declarado na DIPJ 2003, ano-base 2002 sob o fundamento de que não haveria confirmação dos pagamentos retenção realizados no exterior, a base negativa do IRPJ não estaria confirmada, e que em razão disso não haveria crédito a compensar. O valor do processo é de R\$2.034.
- o) Contribuição Social referente a participação nos resultados dos gerentes e coordenadores A controlada Fras-le possui uma Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela objetivando a desconstituição dos Autos de Infração n.º 37.269.527-2 e 37.269.528-0, lavrados pela Receita Federa do Brasil contra a Companhia em razão de suposta inobservância aos requisitos da lei n.º 10.101/2000, quando da participação dos lucros e resultados aos seus gerentes e coordenadores. O valor do processo é R\$ 4.119.
- p) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) A Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, no valor total atualizado de R\$7.801, decorrente de alegada irregularidade na determinação do benefício de redução de ICMS através do programa FUNDOPEM/Nosso Emprego. O valor inclui principal, multa e juros. Em 24 de janeiro de 2007, como resultado da impugnação apresentada pela Empresa, os cálculos do débito foram refeitos pela autoridade fiscal. O valor da causa foi reduzido, no exercício de 2008, em razão da sentença de ação anulatória realizada pela Empresa, sendo o novo valor atribuído a mesma de R\$ 3.687. Em dezembro de 2010, a autoridade autuante converteu a multa de ofício, inicialmente tipificada como básica, aplicada no percentual de 60%, para multa qualificada no percentual de 120%, gerando assim uma autuação complementar no valor de R\$523. A Sustensys apresentou impugnação tempestivamente.
- q) Imposto de Importação e IPI Refere-se a autuações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, no valor total atualizado de R\$8.420, e Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$1.636, sob a alegação de débito de II e IPI, relativo a atos concessórios previstos no regime especial do *Drawback*. Aguardando julgamento da manifestação de Inconformidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- r) <u>Crédito presumido de IPI</u> Refere-se à notificações emitidas pela Receita Federal do Brasil contra a controlada Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor total de R\$1.592, através das quais o fisco indeferiu o pedido de ressarcimento de crédito presumido feito pela Empresa e solicitou o pagamento do imposto correspondente. O valor inclui principal, multa e juros.
- s) Crédito presumido de ICMS sobre a compra de aço Refere-se à autuações emitidas pela Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, contra as controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., no valor atualizado de R\$8.876, Jost Sistemas Automotivos Ltda., no valor de R\$1.314, Fras-le S.A., no valor de R\$2.470 e Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, no valor de R\$3.955, através das quais o fisco constatou adjudicação do beneficio fiscal em montante superior ao permitido pela legislação. Os processos estão aguardando julgamento de recursos junto ao Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais.
- t) ICMS Diferença de alíquota do ICMS Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo referente a controlada Randon Implementos para o Transporte Ltda, decorre da diferença de alíquota do ICMS de 12% para 18%, no valor atualizado de R\$12.823. Processo está em andamento na esfera administrativa.
- u) PDI Incentivo a Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Glosa dos dispêndios considerados no cálculo do incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, pela Secretaria da Receita Federal, sob o argumento de que os dispêndios considerados pela Companhia não coadunam com P&D da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda, no valor de R\$5.016 e da controlada Jost, no valor de R\$2.700. Processo está aquardando julgamento da impugnação apresentada.
- v) ICMS Pró-Cargas Autuação emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, referente a controlada Brantech, sob o argumento de que produtos não fabricados/produzidos no Estado de Santa Catarina não fazem jus ao benefício Pró-Cargas, no valor de R\$ 4.493. Processo aguardando julgamento da impugnação apresentada.

Trabalhista – diversas reclamatórias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a pleitos indenizatórios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado -- Continuação

Previdenciário – autuações do INSS que se encontram em julgamento no TRF, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujo valor atualizado na causa da controlada Master Sistemas Automotivos Ltda. é de R\$532.

Autuações do INSS que se encontram em fase de julgamento na Receita Federal do Brasil, avaliadas com probabilidade de perda possível, cujos valores atualizados da causa na Suspensys Sistemas Automotivos Ltda é de R\$5.067, na controlada Master Sistemas Automotivos é de R\$2.000 e na controlada Jost Sistemas Automotivos é de R\$956.

O demonstrativo, na data base 31 de dezembro de 2013, contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos está abaixo detalhado:

Controladora

		2013			2012	
Ativo Contingente	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	9.434	13.475	1.097	8.978	3.638	2.368
(b) Previdenciário	137	-	21	125	-	19
(c)Tributário	3.028	6.805	73	1.184	7.080	73
Total	12.599	20.280	1.191	10.287	10.718	2.460

Consolidado

		2013			2012	
Ativo Contingente	Provável	Possível	Remoto	Provável	Possível	Remoto
(a) Cível	12.694	18.504	1.467	8.988	3.987	2.680
(b) Previdenciário	137	-	21	125	-	19
(c)Tributário	6.719	8.860	101	5.093	9.107	100
Total	19.550	27.364	1.589	14.206	13.094	2.799

 a) <u>Cível</u> – trata-se de ações de recuperação de créditos (cobrança), os quais já têm provisão para perdas contábeis, contudo os processos continuam tramitando em juízo e caso a Companhia tenha sucesso, terá sua provisão revertida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão para litígios--Continuação

Consolidado--Continuação

Tributário--Continuação

- b) Previdenciário trata-se de ações em que a Companhia e suas controladas buscam a redução das alíquotas relativas à contribuição para o Seguro de Acidente de Trabalho, em face dos enquadramentos de risco acidentário expedidos pelo Poder Executivo e ações que buscam a desobrigação da Companhia em relação à majoração da alíquota da Contribuição Social em favor do INSS, de 15% para 20%.
- c) <u>Tributário</u> representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF. A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes decorrentes dos processos tributários que dependem de levantamentos contábeis, como por exemplo recuperação de créditos, pois somente efetuará tais levantamentos caso tenha êxito na discussão do mérito de tais processos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

Movimentação da provisão para litígios

A movimentação dos processos é como segue:

Controladora

	Saldo em 2012	Adição	Realização	Saldo em 2013
Cíveis	495	258	(94)	659
Trabalhistas	2.024	3.606	(29)	5.601
Tributárias	100	-	` -	100
Previdenciário	270	-	(119)	151
	2.889	3.864	(242)	6.511

Consolidado

	Saldo em 2012	Adição	Realização	Saldo em 2013
Cíveis	1.674	271	(429)	1.516
Trabalhistas	4.416	6.129	(1.840)	8.705
Tributárias	3.083	676	(2.477)	1.282
Previdenciário	4.563	55	(3.916)	702
	13.736	7.131	(8.662)	12.205

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos

				Controladora		Consolidado	
				BRGA		IFRS	0010
Observation	Indexador	Juros	Vencimento	2013	2012	2013	2012
Circulante Moeda nacional:							
FINAME	TJLP	3.5% a.a.	15/07/2014	232.545	65.575	232.545	65.575
FINEP	TJLP		15/10/2023	16.357	12.157	27.621	26.710
	CDI/TJLP	0,50% a 5,25% a.a.	20/04/2019	28.166	2.428	32.827	12.803
Financiamentos		1,20% a 9,94% a.a.			2.428	2.625	
Incentivo fiscal — Fundopem	IPCA	3,0% a.a.	21/11/2025	580 64.004			1.198
BNDES	URTJLP / TJLP	1,0% a 4,5% a.a.	15/01/2023		42.721	88.337	66.627
BNDES	Taxa Fixa	5,50% a.a.	15/07/2016	246	342.805	956	504.710
Debêntures	Taxa DI CETIP/CDI-OVER	1,15% a.a	01/08/2020 18/07/2017	8.142 1.896	-	8.142 1.896	-
Leasing	Taxa Fixa	0.0% a 8.3% a.a.	31/12/2017	1.090	-	62.500	12.860
Captação no mercado aberto				•	-		
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a.	31/12/2018	0.404	0.070	12.386	25.599
Vendor	SELIC	3% a.a	05/08/2015	9.404	9.872	34.435	11.277
Moeda estrangeira: Adiantamentos de contratos de câmbio							
de pré-pagamento de exportação de	Variação cambial +						
US\$ 22.730 mil	Libor	1,7% a 2,8% a.a.	14/11/2013	-	-	-	46.449
Financiamento de US\$ 7.255 mil	Variação cambial +						
Fig. 201 - 201 - 201 - 201	Libor	2,25% a 4,5% a.a.	20/03/2020	7.584	41.822	16.996	60.237
Financiamento de US\$ 4.731 mil Empréstimo de capital de giro de US\$	Variação Cambial	20,6% a.a	26/05/2014	•	-	11.082	-
1.469 mil	Badlar	9,75% a 9,90% a.a.	29/08/2018	-	-	3.440	4.211
BNDES	UMBNDES / Variação Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	6.772	4.982	9.569	9.004
	oumbia.	1,0070 a 2,0 70 a.a.	10/01/2020	375.696	522.362	545.357	847.260
Não circulante				-			
Moeda nacional:							
FINEP	TJLP	0,50% a 5,25% a.a.	15/10/2023	56.140	49.074	93.090	93.822
Financiamentos	CDI/TJLP	1,20% a 9,94% a.a.	20/04/2019	282.000	200.000	349.967	242.563
Incentivo fiscal –		, ,					
Fundopem	IPCA	3.0% a.a.	21/11/2025	24.169	-	70.746	54.402
BNDES	URTJLP / TJLP	1.0% a 4.5% a.a.	15/01/2023	131.406	80.943	212.445	136.010
BNDES	Taxa Fixa	5.50% a.a	15/07/2016	110.000	-	176.073	-
Debêntures	Taxa DI	1,15% a.a	01/08/2020	500.000	-	500.000	-
Leasing	CETIP/CDI-OVER	,	18/07/2017	3.792	_	3.792	_
Captação no mercado aberto	Taxa Fixa	0,0% a 8,3% a.a.	31/12/2017		_	150.069	29.377
Captação no mercado aberto	TJLP	5,9% a 9,0% a.a.	31/12/2018	-	-	17.018	72.547
Moeda estrangeira:							
Financiamento de	Variação cambial +						
US\$ 187.966 mil Empréstimo de capital de	Libor	2,25% a 4,5% a.a.	20/03/2020	266.204	204.350	440.329	360.586
giro de US\$ 5.656 mil BNDES	Badlar UMBNDES / Variação	9,75% a 9,90% a.a.	29/08/2018	-	-	13.251	11.609
DIEDEO	Cambial	1,95% a 2,5 % a.a.	15/04/2020	20.872	11.918	33.829	24.539
		*		1.394.583	546.285	2.060.609	1.025.455
Total de empréstimos sujeitos a juros				1.770.279	1.068.647	2.605.966	1.872.715

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos--Continuação

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por avais e fianças para as controladas no valor de R\$492.586 (R\$311.903 em 31 de dezembro de 2012), hipoteca no valor de R\$17.151 (R\$20.829 em 31 de dezembro de 2012), bens dados em garantia e propriedade fiduciária no valor de R\$57.362 (R\$70.423 em 31 de dezembro de 2012), notas promissórias e carta fiança no valor de R\$108.934 (R\$75.159 em 31 de dezembro de 2012).

Os contratos de financiamentos junto ao InternationalFinance Corporation – IFC, contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros (liquidez corrente, endividamento a longo prazo e cobertura de dívida) não forem atingidos. Em 31 de dezembro de 2013, os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

Captação no mercado aberto

As captações de mercado aberto referem-se a captações efetuadas pelo Banco Randon S/A, junto ao BNDES, para financiamento de operações de FINAME. Sobre parte das captações, incidem encargos financeiros de 5,9% a 9% a.a. mais a variação da TJLP e parte das captações tem taxa fixa que varia de 0% a 8,3% a.a.

Debêntures

As debêntures referem-se a captações efetuadas em 22 de janeiro e 26 de agosto de 2013, nos montantes totais de R\$300.000 e R\$200.000, respectivamente, sendo que ambas ocorreram por meio de instrumento particular de colocação com esforços restritos, de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, sob regime firme de subscrição.

Fundopem/RS

Em dezembro de 2006, a Companhia e suas controladas assinaram Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 33 a 54 meses e prazo de pagamento entre 54 a 96 meses, a partir de cada débito, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros de 3% a.a.. A parcela do débito com pagamento postergado, apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos, conforme definido no Termo de Ajuste Fundopem – RS, ainda não utilizado é no valor de R\$32.490 (R\$50.269 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Financiamentos e empréstimos--Continuação

Fundopem/RS--Continuação

Para incremento de valor financiado a Companhia e suas controladas observam todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber:

- a) Faturamento bruto incremental mensal;
- b) ICMS incremental mensal;
- c) Número de empregos diretos incrementais.

17. Capital social e reservas

Ações autorizadas

	2013	2012
Ações ordinárias Ações preferenciais	90.000 180.000	90.000 180.000
	270.000	270.000

Ações emitidas e totalmente integralizadas

	Ordinár	ias	Preferenciais		
	Em milhares R\$000		Em milhares	R\$000	
Em 31 de dezembro de 2012	81.888	245.210	161.897	484.790	
Em 31 de dezembro de 2013	81.888	245.210	161.897	484.790	

Ações em tesouraria

	Em milhares	R\$000
Em 31 de dezembro de 2012	2.756	(22.071)
Em 31 de dezembro de 2013	2.756	(22.071)

O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2013 é de R\$31.666 (R\$34.974 em 31 de dezembro de 2012).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas--Continuação

Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimento e capital de giro

Tem a finalidade assegurar investimentos em bens de ativo imobilizado e acréscimo do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas da Companhia, bem como o financiamento de empresas controladas e coligadas. É formada com o saldo do lucro ajustado após dele deduzido o dividendo obrigatório e terá como limite máximo o valor que não poderá exceder, em conjunto com a reserva legal, o valor do capital social.

Reserva de capital

Representa o ágio pago na aquisição das quotas do capital social da Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. (Nota 1) e o efeito de alteração de percentual de controle sobre sua controlada Fras-le S.A. (Nota 12), como segue:

	Movimentação no exercício
Saldos em 31 de dezembro de 2012	55
Suspensys Sistemas Automotivos Ltda. Ágio pago na aquisição de participação (Nota 1) Ajuste reflexo de avaliação patrimonial	(296.050) (6.562)
Impacto tributário	(302.612) 102.888
Fras-le S.A.	(199.724)
Ganho na participação societária (Nota 12) Ajuste reflexo de avaliação patrimonial	4.306 (478) 3.828
Saldos em 31 de dezembro de 2013	(195.841)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas--Continuação

Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes no patrimônio líquido são compostos como segue:

				Ajuste e avaliação pat			
	Reserva de reavaliação	Custo atribuído ao imobilizado	Custo atribuído ao ativo biológico	Variação cambial de investimentos no exterior	Hedge accounting	Avaliação atuarial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011 Adições (baixas) no exercício	5.522 (45)	113.274 (4.829)	1.156 (250)	658 (219)	(672) 867	1.059 898	120.997 (3.578)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 Adições (baixas) no exercício	5.477 (45)	108.445 1.730	906 (8)	439 (1.529)	195 (254)	1.957 (57)	117.419 (163)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	5.432	110.175	898	(1.090)	(59)	1.900	117.256

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Capital social e reservas--Continuação

Outros resultados abrangentes--Continuação

Reserva de reavaliação

Constituída em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado da controladora, para fins de integralização do capital social nas controladas Master Sistemas Automotivos Ltda., em 29 de setembro de 2006, e Castertech Tecnologia e Fundição Ltda. em 01 de setembro de 2006, com base em laudos de avaliações elaborados por empresa especializada.

A Companhia optou por manter os saldos de reservas de reavaliação, e sua respectiva realização através da depreciação dos bens reavaliados, conforme facultado pela Resolução CFC n° 1.152/2009.

Reserva para ajuste do custo atribuído ao imobilizado

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo dos bens do ativo imobilizado de acordo com o pronunciamento técnico CPC 27 — Ativo imobilizado e ICPC 10, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Reserva para ajuste do custo atribuído do ativo biológico

Constituída em decorrência de avaliação ao valor justo de área de reflorestamento mantido pela Companhia conforme pronunciamento técnico CPC 29 – Ativos Biológicos, registrado com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada.

Ajuste de avaliação patrimonial

Representada pelo registro das diferenças cambiais oriundas da conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior conforme o pronunciamento técnico CPC 02 (R2) — Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, e pelo registro do valor justo da parcela eficaz de operações de *hedge* de fluxo sobre investimentos em operações de exportação, líquidos dos efeitos tributários.

Reserva para avaliação atuarial

Reserva originada do registro de ganhos atuariais sobre o plano de benefício à funcionários conforme o pronunciamento técnico CPC33 (R1) - Benefício a Empregados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

Dividendos

Conforme estatuto social da Companhia, as ações ordinárias e preferenciais fazem jus a dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro ajustado, cabendo às ações preferenciais todos os demais direitos atribuídos às ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, proporcionalmente à participação no capital social em caso de eventual liquidação da Companhia e, ainda, direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, nos termos do art. 254-A da Lei nº 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/01.

Os dividendos foram calculados conforme segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	235.062	42.562
Lucro não realizado na venda de imobilizado	449	-
Ajustes pelo impacto da adoção da Lei 11.638/2007	5.318	5.079
Lucro líquido do exercício ajustado	240.829	47.641
		-
Reserva legal (5%)	(12.041)	(2.382)
(+) Realização de reserva de reavaliação	45	45
Lucro base para distribuição	228.833	45.304
Dividendo mínimo obrigatório (30%)	68.650	13.592
Juros sobre capital próprio	56.399	14.999
Imposto de renda (15%)	(8.460)	(2.249)
Dividendos complementares	20.711	` 842 [′]
Total dos dividendos mínimos propostos pela administração	68.650	13.592

O valor de juros sobre o capital próprio integra a proposta de distribuição de dividendos a ser submetida à Deliberação da Assembleia Geral Ordinária, em conformidade com o item V da Deliberação CVM nº 207/96.

A Administração da sociedade proporá pagar os dividendos complementares de 2013, 11 dias após a aprovação pela Assembleia Geral Ordinária. Os dividendos complementares equivalem a R\$0,089 por ação ordinária e R\$0,089 por ação preferencial.

Os dividendos mínimos obrigatórios estão demonstrados no balanço patrimonial de 2013 como obrigações legais (provisões no passivo circulante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

Juros sobre o capital próprio - Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou e pagou/creditou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$56.399 (R\$14.999 em 31 de dezembro 2012) os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$8.460 (R\$5.100 em 31 de dezembro de 2012) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

19. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Lucro por ação--Continuação

	2013		2012	
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Lucro líquido do exercício Média ponderada de acões emitidas (em	79.861	155.201	14.458	28.104
milhares) Lucro por ação – básico e diluído	81.888 0,98	159.141 0,98	81.888 0,18	159.141 0,18

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

20. Impostos sobre o lucro

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora BRGAAP		Consol	idado
			IFRS	
	2013	2012	2013	2012
Imposto de renda e contribuição social correntes: Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(17.457)	(466)	(111.749)	(47.650)
Imposto de renda e contribuição social diferidos: Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	(4.614)	8.784	6.641	16.550
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(22.071)	8.318	(105.108)	(31.100)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

	Controladora BRGAAP		Consc	lidado
			I	FRS
	2013	2012	2013	2012
Demonstração consolidada do resultado abrangente Imposto de renda e contribuição social diferidos relativos a itens debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido durante o exercício:				
Ajuste de Avaliação Atuarial – <i>Randonprev</i> Resultado abrangente nas controladas	29 131	(300) (609)	29 131	(300) (609)
	160	(909)	160	(909)

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	BRGAAP		IF	RS
	2013	2012	2013	2012
Lucro contábil antes dos impostos	257.133	34.244	411.874	132.152
À alíquota fiscal de 34%	87.425	11.643	140.037	44.932
Adições permanentes				
Despesas não dedutíveis	906	2.375	1.872	3.785
Exclusões permanentes				
Resultado de equivalência patrimonial	(48.384)	(23.839)	-	-
Juros sobre capital próprio	(14.322)	1.235	(23.905)	(10.652)
Incentivo à tecnologia	(2.692)	-	(7.738)	(5.217)
Deduções	(862)	-	(4.669)	(2.007)
Outros itens		268	(489)	259
Imposto de renda e contribuição social no resultado				
do exercício	22.071	(8.318)	105.108	31.100
Alíquota efetiva	8,58%	-	25,52%	23,5%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro refere-se a:

Controladora:

	Balanço patrimonial BRGAAP		Resultado	
			BRGAAP	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais a compensar	3.014	10.132	(7.141)	10.132
Provisão para comissões e fretes	4.849	5.987	(1.169)	3.383
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.013	3.406	903	(10)
Provisão para garantias	6.388	5.350	312	(392)
Provisão para mercadoria a entregar	261	551	(310)	551
Provisão estoques obsoletos	1.542	882	538	764
Operações de derivativos	73	18	55	(197)
Provisão participação nos resultados	8.424	1.880	4.761	(4.704)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(813)	(749)	(112)	(244)
Provisão para litígios	2.213	982	935	(666)
Provisão desvinculo de funcionários	1.172	1.272	(255)	198
Provisões diversas e outros	2.693	1.471	958	(97)
Agio na aquisição de participação em				
controlada (Nota 17)	102.888	-	-	-
Randonprev avaliação atuarial	(943)	(1.196)	481	(215)
Depreciação acelerada incentivada	(3.866)	(4.037)	595	(491)
Valor justo ativo imobilizado	(44.107)	(31.810)	(5.199)	738
Reavaliação a realizar	(3.060)	(3.094)	34	34
Receita de imposto de renda e contribuição	<u> </u>	•		
social diferidos			(4.614)	8.784
Ativo/(Passivo) fiscal diferido líquido	85.741	(8.955)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

Consolidado:

	Balanço patrimonial IFRS		Resu	Itado
			IFRS	
	2013	2012	2013	2012
Prejuízos fiscais a compensar	52.022	40.272	9.993	15.368
Provisão para comissões e fretes	8.328	9.052	(724)	4.107
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8.461	6.940	1.521	1.982
Provisão para garantias	7.636	7.787	(151)	932
Provisão para mercadoria a entregar	299	606	(307)	(295)
Provisão estoques obsoletos	3.167	1.612	1.555	1.075
Operações de derivativos	252	96	156	(1.328)
Provisão participação nos resultados	13.145	5.470	7.675	(8.278)
Ajustes das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09	(574)	(746)	172	(3.563)
Provisão para litígios	3.989	3.168	821	(1.062)
Provisão desvínculo de funcionários	2.135	2.055	80	347
Agio na aquisição de participação em controlada (Nota 17)	102.888	-	-	-
Provisões diversas e outros	(19.197)	6.049	(25.246)	2.733
Randonprev avaliação atuarial	(1.795)	(2.769)	974	(758)
Depreciação acelerada incentivada	(5.967)	(5.962)	(5)	525
Valor justo ativo imobilizado	(69.277)	(79.369)	10.092	4.378
Reavaliação a realizar	(3.060)	(3.095)	35	387
Receita de imposto de renda e contribuição				
social diferidos			6.641	16.550
Ativo fiscal diferido	102.452	5.211		
Passivo fiscal diferido	-	(14.045)		

A Companhia e suas controladas possuem prejuízos fiscais gerados no Brasil, no valor de R\$104.219 (R\$99.591 em 31 de dezembro de 2012), passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros da empresa em que foi gerado, sem prazo de prescrição. O registro e a manutenção do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos sobre a base de prejuízos fiscais estão suportados por estudos elaborados pela Administração, que comprovam a capacidade da Companhia em gerar lucros tributáveis futuros, que garantam a realização dos créditos de impostos nos próximos dez anos, como segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
2014	3.014	12.476
2015	-	3.334
2016	-	3.659
2017	-	4.030
2018	-	4.254
Até 2023	-	24.269
Total	3.014	52.022

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Impostos sobre o lucro--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferido—Continuação

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro, tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Medida provisória 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

21. Direitos e obrigações por recursos de consorciados

Refere-se a recursos pendentes de recebimentos na Randon Administradora de Consórcio Ltda., oriundos de cobrança judicial em decorrência do encerramento de grupos, transferidos para a administradora, conforme definido na Circular nº 3.084 do Banco Central do Brasil, de 31 de janeiro de 2002. Após a conclusão do processo de cobrança judicial, estes recursos são rateados proporcionalmente entre os beneficiários do grupo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado			
	BF	BRGAAP		BRGAAP IFRS		FRS
	2013	2012	2013	2012		
Receita bruta de vendas	2.362.211	1.934.057	5.427.965	4.372.427		
Devolução de vendas	(16.426)	(25.387)	(38.356)	(66.143)		
Ajuste a valor presente	(20.504)	(16.531)	(44.673)	(37.036)		
Impostos sobre a venda	(451.969)	(338.495)	(1.091.608)	(767.327)		
Receita operacional líquida	1.873.312	1.553.644	4.253.328	3.501.921		

23. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado segregado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado segregado por função e natureza:

	Controladora		Consolidado		
	BRGAAP		NP I		
	2013	2012	2013	2012	
Despesas por função					
Custo dos produtos vendidos	(1.506.258)	(1.321.042)	(3.213.688)	(2.769.743)	
Despesas com vendas	(131.660)	(147.229)	(357.837)	(359.959)	
Despesas administrativas e gerais	(62.583)	(71.505)	(169.792)	(170.304)	
Honorários da administração	(6.213)	(5.990)	(13.394)	(13.507)	
Outras despesas operacionais	(33.651)	(25.535)	(70.460)	(52.818)	
	(1.740.366)	(1.571.301)	(3.825.171)	(3.366.331)	
Despesas por natureza	(34.361)	(34.910)	(117.471)	(112.260)	
Depreciação e amortização	(246.613)	(238.633)	(717.044)	(660.498)	
Despesas com pessoal Matéria prima e materiais de uso e consumo Fretes	(1.273.750) (38.527)	(1.071.614) (46.809)	(2.300.312) (112.519)	(1.901.634) (107.471)	
Energia Elétrica	(9.778)	(11.005)	(47.870)	(48.449)	
Comissões	(39.045)	(48.150)	(97.379)	(100.193)	
Conservação e Manutenção	(12.775)	(12.239)	(72.174)	(50.607)	
Outras despesas	(85.517)	(107.941)	(358.431)	(385.219)	
•	(1.740.366)	(1.571.301)	(3.825.171)	(3.366.331)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Despesas com funcionários e participação nos lucros

	Contro	Controladora BRGAAP		lidado
	BRG			RS
	2013	2012	2013	2012
Ordenados e salários	190.415	182.947	527.372	524.207
Custos de previdência social	8.123	25.843	39.947	73.667
Custos relacionados a aposentadoria	1.913	1.941	4.407	4.486
	200.451	210.731	571.726	602.360

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante de participação nos lucros reconhecido pela Companhia e suas controladas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi de R\$49.231 (R\$20.088 em 31 de dezembro de 2012).

25. Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os custos de pesquisa e desenvolvimento reconhecidos como despesa na demonstração do resultado, nas rubricas de despesas com vendas e de despesas gerais e administrativas, durante o exercício, totalizam R\$13.198 (R\$16.347 em 31 de dezembro de 2012), na controladora e R\$37.933 (R\$45.660 em 31 de dezembro de 2012), no consolidado.

26. Resultado financeiro

	Controladora BRGAAP		Consolidado IFRS	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras:				
Variação cambial	98.160	20.632	175.631	39.925
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	46.014	42.779	80.827	83.491
Receitas de operações de swap	-	-	2.559	2.754
Ganhos com outras operações de derivativos	91	1.392	2.449	1.273
Rendimentos de contratos de mútuos	-	39	-	39
Ajuste a valor presente	20.220	17.691	35.186	34.854
Outras receitas financeiras	3.966	705	9.177	12.296
	168.451	83.238	305.829	174.632
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(78.220)	(42.955)	(153.255)	(74.604)
Juros sobre financiamentos	(97.934)	(56.205)	(133.022)	(92.566)
Despesas de operações de swap	` <u>-</u>	· -	` (1.746)	(2.040)
Perdas com outras operações de derivativos	(389)	(1.871)	(7.261)	(1.871)
Despesas de contratos de mútuos	(670)	(1.201)	(944)	(1.627)
Ajuste a valor presente	(4.492)	(3.891)	(10.680)	(5.711)
Outras despesas financeiras	(9.249)	(9.359)	(33.469)	(31.980)
•	(190.954)	(115.482)	(340.377)	(210.399)
Resultado financeiro	(22.503)	(32.244)	(34.548)	(35.767)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como a reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, riscos de mercado (câmbio e juros) e risco de liquidez, aos quais a Companhia entende que está exposta, de acordo com sua natureza de negócios e estrutura operacional.

A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, atreladas ao estabelecimento de sistemas de controle e determinação de limites de posições.

Os riscos da Companhia e suas controladas estão descritos a seguir:

Risco de mercado

A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar, depósitos, instrumentos financeiros mantidos até o vencimento e mensurados ao valor justo através do resultado e instrumentos financeiros derivativos.

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Controladora:

		Valor contábil		Valor justo		
	Nota	Categoria	2013	2012	2013	2012
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa Aplicações financeiras de	5	(a)	753.856	556.503	753.851	556.503
liquidez não imediata – circulante Aplicações financeiras de	6	(b)	129.613	92.503	129.719	92.259
liquidez não imediata – não circulante	6	(d)	60.200	-	60.093	-
Clientes	7	(a)	433.260	316.841	433.260	316.841
Consórcio para revenda		(a)	7.008	7.383	7.008	7.383
Mútuos a receber	10	(a)	14	12	14	12
Instrumentos financeiros derivativos	27	(b)	-	182	-	182
Passivos Empréstimos e financiamentos						
em moeda nacional Empréstimos e financiamentos	16	(c)	(1.468.847)	(805.575)	(1.468.944)	804.980)
em moeda estrangeira	16	(c)	(301.432)	(263.072)	(301.452)	262.967)
Mútuos a pagar	10	(c)	(10.147)	(8.389)	(10.147)	(8.389)
Total			(396.475)	(103.612)	(396.598)	103.156)

- <u>Categorias:</u>
 Empréstimos e recebíveis
 Valor justo por meio do resultado
- Empréstimos e financiamentos
- (a) (b) (c) (d) Mantidos até o vencimento

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de mercado--Continuação

Consolidado:

			Valor o	ontábil	Valor justo	
	Nota	Categoria	2013	2012	2013	2012
Ativos						
Caixa e equivalente de caixa	5	(a)	1.166.550	855.255	1.166.518	855.255
Aplicações financeiras de						
liquidez não imediata	6	(b)	247.279	244.183	247.272	244.561
Clientes	7	(a)	967.552	775.532	967.552	775.532
Consórcio para revenda		(a)	27.447	27.677	27.447	27.677
Instrumentos financeiros		(-/				2
Derivativos	27	(b)	_	1.867	_	1.867
Delivativos	21	(D)	-	1.007	-	1.007
Passivos						
Empréstimos e financiamentos						
em moeda nacional	16	(c)	(2.077.470)	(1.368.166)	(2.077.661)	(1.367.279)
	10	(6)	(2.011.410)	(1.300.100)	(2.077.001)	(1.307.279)
Empréstimos e financiamentos			(500 400)	(== 1 = 1=)	(500 545)	(== 1 ===)
em moeda estrangeira	16	(c)	(528.496)	(504.549)	(528.545)	(504.205)
Mútuos a pagar	10	(c)	(16.160)	(16.779)	(16.160)	(16.779)
Instrumentos financeiros						
derivativos	27	(b)	(1.082)	(225)	(1.082)	(225)
Total		` '	(214.380)	14.795	(214.659)	16,404

Categorias:

- (a) Empréstimos e recebíveis
- (b) Valor justo por meio do resultado
- (c) Empréstimos e financiamentos

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

<u>Nível 1</u>:preços cotados (sem ajuste) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

<u>Nível 2</u>:outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

<u>Nível 3</u>:técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

A Companhia possuí apenas instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo considerando uma técnica de avaliação de Nível 2. Não houveram transferências entre os níveis 1, 2 e 3 durante o exercício de 2013.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras e, em determinadas circunstâncias avaliam a necessidade de contratação de operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações.

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras bem como as despesas financeiras provenientes dos empréstimos e financiamentos da Companhia são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como TJLP, IPCA e CDI.

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

Foi considerado três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de juros nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

A análise de sensibilidade leva em consideração as posições em aberto na data base de 31 de dezembro de 2013, com base em valores nominais e juros de cada instrumento contratado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de taxa de juros--Continuação

Co	ntr	· 🔿	a	Ч	\sim	ra
\sim	HU	v	ıa	u	v	ıa

Oomiolaaora		• .		
		Cenário Provável	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	(Valor Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	83.097	104.513	125.930
	Depreciação	o da Taxa em	25,00%	50,00%
B. (
Referência para Receitas Financeiras		Provável	Possível	Remoto
CDI %		9,7%	12,2%	14,7%
AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA				
Empréstimos a Einanaiamentos		104 701	164 412	205 751
Empréstimos e Financiamentos	Apreciação	134.721	164.413 25,00 %	225.751 50,00 %
Referência para Passivos Financeiros	Apreciação	ua Taxa elli	25,00%	50,00%
Hererenou para Fassivos i maneemos		Provável	Possível	Remoto
TJLP		5,0%	6,3%	7,5%
URTJLP		1,9%	2,5%	3.0%
CDI		9,7%	12,2%	14,7%
IPCA		5,9%	7,4%	8,9%
LIBOR Semestral		0,4%	0,4%	0,5%
Variação Cambial		2,34	2,93	3,51
BADLAR		21,6%	27,3%	32,4%
Consolidado				
		Cenário		
		Provável	Cenário	Cenário
Operação	Moeda	(Valor Contábil)	Possível	Remoto
DETERIORAÇÃO DAS RECEITAS FINANCEIRAS				
Aplicações financeiras	R\$	128.925	162.153	195.381
Aplicações financeiras		128.925 o da Taxa em	162.153 25,00 %	
		o da Taxa em	25,00%	50,00%
Referência para Receitas Financeiras		o da Taxa em	25,00% Possível	50,00% Remoto
		o da Taxa em	25,00%	50,00% Remoto
Referência para Receitas Financeiras CDI %		o da Taxa em	25,00% Possível	50,00% Remoto
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA	Depreciação	O da Taxa em Provável 9,7% 189.920	25,00% Possível 12,2% 235.240	50,00% Remoto 14,7% 290.832
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos		O da Taxa em Provável 9,7% 189.920	25,00% Possível 12,2%	50,00% Remoto 14,7% 290.832
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos	Depreciação	Provável 9,7% 189.920 da Taxa em	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros	Depreciação	Provável 9,7% 189.920 da Taxa em Provável	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP	Depreciação	Provável 9,7% 189.920 da Taxa em Provável 5,0%	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto 7,5%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP URTJLP	Depreciação	Provável 189.920 da Taxa em Provável 5,0% 1,9%	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3% 2,5%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto 7,5% 3,0%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP URTJLP CDI	Depreciação	Provável	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3% 2,5% 12,2%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto 7,5% 3,0% 14,7%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP URTJLP CDI IPCA	Depreciação	Provável	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3% 2,5% 12,2% 7,4%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto 7,5% 3,0% 14,7% 8,9%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP URTJLP CDI IPCA LIBOR Semestral	Depreciação	Provável	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3% 2,5% 12,2% 7,4% 0,4%	50,00% Remoto 14,7% 290.832 50,00% Remoto 7,5% 3,0% 14,7% 8,9% 0,5%
Referência para Receitas Financeiras CDI % AUMENTO DE DESPESA FINANCEIRA Empréstimos e Financiamentos Referência para Passivos Financeiros TJLP URTJLP CDI IPCA	Depreciação	Provável	25,00% Possível 12,2% 235.240 25,00% Possível 6,3% 2,5% 12,2% 7,4%	50,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional) e aos investimentos líquidos da Companhia em controladas no exterior.

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, principalmente com relação ao dólar dos Estados Unidos, que no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 apresentou variação positiva de 14,64% (8,25% positiva em 2012). O risco cambial também decorre de operações comerciais e financeiras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos no exterior, líquidos. A Companhia e suas controladas administram seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. Além das contas a receber originadas por exportações no Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em *hedge* natural a Companhia avalia constantemente sua exposição cambial e, quando necessário, contrata instrumento financeiro derivativo com a finalidade única de proteção (*hedge*).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moeda estrangeira são como segue:

	US\$ mil			
	Controladora		Conso	lidado
	BRG	AAP	IFRS	
	2013	2012	2013	2012
A. Ativos líquidos em dólares norte-americanos	125.735	56.294	224.461	81.379
B. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	128.674	128.736	225.602	252.819
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	-	89	(462)	804
D. Superavit (Déficit) apurado (A-B+C)	(2.939)	(72.353)	(1.603)	(170.636)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de câmbio--Continuação

Sensibilidade à taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação e do patrimônio líquido da Companhia. Também são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia, mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

_	Controladora			
Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B	
Alta do US\$	2,34 (6.885)	2.93 (8.606)	3,51 (10.327)	
Baixa do US\$	2,34 (6.885)	1,76 (5.164)	1,17 (3.442)	
		Consolidado		
Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B	
Alta do US\$ Baixa do US\$	2,34 (3.755) 2,34 (3.755)	2.93 (4.694) 1,76 (2.816)	3,51 (5.633) 1,17 (1.878)	
	Alta do US\$ Baixa do US\$ Risco Alta do US\$	Risco provável Alta do US\$ 2,34 (6.885) Baixa do US\$ 2,34 (6.885) Cenário provável Cenário provável Alta do US\$ 2,34 (3.755) Baixa do US\$ 2,34	Cenário provável Cenário A	

Risco de estrutura de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de estrutura de capital -- Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrado abaixo.

Controladora

	Nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	16	1.770.279	1.068.647
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(753.856)	(556.503)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	(129.613)	(92.503)
Dívida líquida		886.810	419.641
Patrimônio		1.337.201	1.369.496
Patrimônio e dívida líquida		2.224.011	1.789.137
Quociente de alavancagem		39,9%	23,5%

Consolidado

	nota	2013	2012
Empréstimos e financiamentos	16	2.605.966	1.872.715
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(1.166.550)	(855.255)
(-) Aplicações de liquidez não imediata	6	(247.279)	(244.183)
Dívida líquida		1.192.137	773.277
Patrimônio		1.337.201	1.369.496
Patrimônio e dívida líquida		2.529.338	2.142.773
Quociente de alavancagem		47,1%	36,1%

Garantias

A Companhia não tem ativos financeiros dados em garantia em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado por cada unidade de negócios, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com aproximadamente 9 clientes (10 clientes em 31 de dezembro de 2012) que deviam à Companhia mais de R\$9.000 cada e eram responsáveis por aproximadamente 27% (33,2% em 31 de dezembro de 2012) de todos os recebíveis de clientes. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente.

O cálculo é baseado em dados históricos efetivos. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 7.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pelo Comitê de Planejamento e Finanças, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais não descontados.

Controladora:

Exercício findo em 31 de	Menos de	3 a 12		Mais de 5	
dezembro de 2013	3 meses	meses	1 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	23.284	350.924	1.262.447	133.624	1.770.279
Fornecedores	83.210	334	-	-	83.544
_	106.494	351.258	1.262.447	133.624	1.853.823

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Consolidado:

Exercício findo em 31 de dezembro	Menos de			Mais de	
de 2013	3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	5 anos	Total
Face (alternation of the contract of the contr	00.400	470.005	4 004 700	100.000	0.005.000
Empréstimos e Financiamentos	66.426	476.995	1.881.709	180.836	2.605.966
Fornecedores	168.415	9.528	-	-	177.943
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.082	-	-	-	1.082
	235.923	486.523	1.881.709	180.836	2.784.991

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

A Administração da Companhia e de suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio de seus controles internos.

Atualmente, os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia, todos com registro na CETIP, são decorrentes de risco de câmbio, com objetivo específico de proteção de sua exposição estimada em moeda estrangeira.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia e suas controladas foram substancialmente de operações com NDFs (*Non Deliverable Forward*) visando a proteção (*hedge*) de vendas futuras esperadas a clientes no exterior para as quais a Companhia prevê que seja altamente provável a realização das transações e saldo credor denominado em moeda estrangeira, e operações de *swap* cambial, visando a proteção da variação cambial de alguns empréstimos contratados em moeda estrangeira. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento, ou seja, os contratos a termo contratados pela Companhia não possuem margens de variação. O resultado líquido, destas operações, é registrado por competência nas suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

A partir de 2010, algumas operações de NDFs foram documentadas para fins de registro através da metodologia de contabilidade de *hedge* ("*hedge accounting*"), em conformidade com o CPC 38, aprovado pela Deliberação CVM nº. 604/09. Nesta modalidade de operação a Companhia tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. A Companhia registra em conta especifica do patrimônio líquido os efeitos não realizados destes instrumentos contratados.

A operação de *swap* cambial refere-se à operação de troca de indexadores, sobre um valor *notional*, onde a Companhia na ponta ativa recebe a variação cambial entre um período de início de contrato até o vencimento, pagando na ponta passiva a variação da CDI descontado de deságio pré-fixado para cada vencimento.

Apresentamos no quadro abaixo as posições da Companhia e suas controladas verificadas em 31 de dezembro de 2013, com os valores nominais e justos de cada instrumento contratado:

Controladora

	Refer Notion mil	or de rência al – em hares de Euro	Refer Notion	or de rência al – em hares de R\$	Valor Ju em milh de Ri (crédit débit	ares \$- o) /	Valor de Cu em milhare R\$- (crédi débito	es de to) /	Efeito Acumo em 2013- o milhares o R\$(crédito débito	em de	Efeito Acumu em 2012 – e milhares d R\$(crédito) / d	em le
Descrição / Contraparte	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	Valor Recebido	Valor Pago	Valor recebido	Valor pago
NDF .		1.430	-	3.854	-	182	-	182	-	-	700	(89)
Total	•	1.430	•	3.854	•	182	•	182	•	-	700	(89)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Consolidado

		or de rência		or de rência			Valor de	e Custo –	Efeito Act em 201		Efeito Acum	nulado em
		nal – em Ihares de US\$		nal – em hares de R\$	milhare	ısto – em es de R\$-) / débito	R\$- (c	hares de rédito) / bito	milhar R\$(cré déb	dito) /	2012 – em de R\$(cr débi	édito) /
Descrição / Contraparte	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
NDF	11.900	(31.300)	27.921	(64.676)	(947)	34	34	34	6	(614)	224	(6.618)
SWAP	4.740	5.901	11.104	12.059	(135)	1.426	1.426	1.426	2.106	(102)	-	(514)
Total	16.640	(25.399)	39.025	(52.617)	(1.082)	1.460	1.460	1.460	2.112	(716)	224	(7.132)

No quadro abaixo, demonstramos a abertura dos derivativos de câmbio por contraparte:

Controladora

		Valor de referenc	ıa			
		(Notional)			Valor justo	
Descrição	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
NDF						
Banco Santander	€	-	1.430	R\$	-	182
Total	€	-	1.430	R\$	•	182
	€					

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos -- Continuação

Consolidado

	Va	alor de refei	rência			
		(Notiona	I)		Valor justo	
Descrição	Moeda	2013	2012	Moeda	2013	2012
NDF - hedge accounting						
Banco do Brasil	USD	-	1.000	R\$	-	35
HSBC	USD	-	3.000	R\$	-	(125)
Banco Itaú BBA	USD	300	(23.500)	R\$	(53)	(158)
Banco Santander	USD	4.500	5.700	R\$	(408)	173
Banco Votorantin	USD	6.600	(16.000)	R\$	(472)	(184)
Banco Bradesco	USD	-	2.500	R\$	-	168
Banco Safra	USD	-	(4.000)	R\$	-	125
Citi Bank	USD	500	-	R\$	(14)	
Swap						
Banco Itaú BBA	USD	4.740	5.901	R\$	(135)	1.426
Total	USD	16.640	(25.399)	R\$	(1.082)	1.460

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Consolidado

			2013			2012
Descrição	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF - USD Swap - USD	300 97	8.100 484	3.500 580	- 3.579	11.900 4.740	(31.300) 5.901
Total	397	8.584	4.080	3.579	16.640	(25.399)

Abaixo estão apresentados, por seu valor justo, os ganhos e perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, agrupados pelas principais categorias de riscos:

		Ganh	os e Perdas Resul	registradas tado	s no		
	А		a Receita ta em		do no ultado ceiro em	registra	e Perdas adas no o Líquido*
Descrição	Moeda	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Operações de Proteção Cambial							
Contratos NDF (Non Deliverable							
Forwards)	R\$	(821)	(3.233)	(4.812)	(598)	541	307
Swap	R\$	-	-	813	714	-	-
Total	R\$	(821)	(3.233)	(3.999)	116	541	307

^{*} Valor sem os efeitos dos impostos.

Espera-se que os valores incluídos em outros resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2013, afetem a demonstração do resultado com uma perda de R\$541 em 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

No quadro a seguir apresentamos três cenários, sendo o cenário mais provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos. Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Consolidado					
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B			
NDF - Venda SWAP	Ita do USD aixa do USD	(1.527) (135)	(11.106) (2.776)	(20.664) (5.552)			

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Compromissos

Garantias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia apresentava os seguintes montantes de garantias representadas por avais, fianças, propriedade fiduciária e hipotecas prestadas às empresas:

		Contro	oladora	Consolidado		
		BRC	AAP	IFRS		
	Tipo de garantia	2013	2012	2013	2012	
Master Sistemas						
Automotivos Ltda.	Avais e fianças	100.345	1.917	100.345	1.917	
Jost Brasil Sistemas	Š					
Automotivos Ltda.	Avais	30	403	30	403	
Fras-le S.A.	Avais e fianças	101.864	84.973	101.864	84.973	
Randon Argentina S.A.	Fianças	41.638	26.063	41.638	26.063	
Castertech Fundição						
eTecnologia Ltda.	Aval	57.921	74.711	57.921	74.711	
Suspensys Sistemas						
Automotivos Ltda.	Aval	76.634	64.501	76.634	64.501	
Banco Randon S.A.	Aval	114.154	59.335	114.154	59.335	
Total		492.586	311.903	492.586	311.903	

Além dos avais e fianças concedidas para as empresas citadas acima, a Companhia concede avais e fianças para terceiros no montante R\$ 26.764 em 31 de dezembro 2013 (R\$33.289 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não possui quaisquer outros compromissos de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações.

Os segmentos de negócios apresentados foram apurados na consolidação das informações das seguintes Empresas Randon:

Segmento de veículos e implementos: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2013 e 2012 das empresas Randon S.A. Implementos e Participações, Randon Implementos para o Transporte Ltda., Randon Brantech Implementos para o Transporte Ltda., Randon Argentina S.A., Randon Middle East, Randon Automotive Ltda. e Randon Maghreb S.A.R.L., sendo os principais produtos incluídos neste segmento os seguintes: reboques, semi-reboques, vagões ferroviários, caminhões fora-de-estrada, retroescavadeiras e outros implementos rodoviários e veículos especiais.

<u>Segmento de autopeças</u>: referem-se aos resultados consolidados dos exercícios de 2013 e 2012 das empresas Fras-le S.A., Suspensys Sistemas Automotivos Ltda., Master Sistemas Automotivos Ltda., Jost Brasil Sistemas Automotivos Ltda. e Castertech Fundição e Tecnologia Ltda., sendo os principais produtos deste segmento os seguintes: materiais de fricção, vigas de eixos, componentes de suspensão, freios a ar e sistemas de acoplamento e articulações para caminhões.

<u>Segmento de serviços</u>: refere-se ao resultado das empresas Randon Administradora de Consórcios Ltda., decorrente de operações de administração de grupos de consórcios para aquisição de bens duráveis, e Randon Investimentos Ltda., que se caracteriza como holding financeira cujo objetivo é deter participação societária no Banco Randon S.A..

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no lucro ou prejuízo operacional, e os financiamentos das Empresas (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito do grupo, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento--Continuação

a) Informações por segmentos de negócios

	Veículos e Ir	mplementos	Autop	Autopeças		iços	Ajustes e el	iminações	Total consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Receita líquida para terceiros	2.233.688	1.849.530	1.920.975	1.572.400	98.665	79.991			4.253.328	3.501.921
Receita líquida intersegmentos (1)	323.835	290.980	611.785	426.020	90.005	79.991	(935.620)	(717.000)	4.255.526	3.501.921
Receita líquida	2.557.523	2.140.510	2.532.760	1.998.420	98.665	79.991	(935.620)	(717.000)	4.253.328	3.501.921
Custo dos produtos vendidos e	(0.070.46E)	(1 000 04F)	(0.007.000)	(1 CO4 OOF)	(F.00C)	(0.000)	000 540	CO4 0EE	(2.012.600)	(0.700.740)
dos serviços prestados	(2.078.465)	(1.833.945)	(2.037.839)	(1.624.025)	(5.926)	(6.028)	908.542	694.255	(3.213.688)	(2.769.743)
Lucro bruto	479.058	306.565	494.921	374.395	92.739	73.963	(27.078)	(22.745)	1.039.640	732.178
Despesas operacionais	(143.475)	(224.913)	(248.638)	(204.014)	(71.113)	(63.702)	(129.994)	(71.630)	(593.220)	(564.259)
Resultado financeiro líquido	(25.111)	(35.209)	(12.722)	(4.724)	3.611	3.162	(324)	1.004	(34.546)	(35.767)
Lucro do segmento (antes										
dos impostos sobre o lucro) (2)	310.472	46.443	233.561	165.657	25.237	13.423	(157.395)	(93.371)	411.874	132.152
-										
Ativos operacionais (3)	1.982.808	1.527.412	815.787	965.728	416.095	214.805	(82.122)	(107.060)	3.132.568	2.600.985
Descises an arraigation (4)	0.405.707	1 007 100	600.047	044.000	040 400	140.045	(400.750)	(05.004)	0.070.000	0.055.000
Passivos operacionais (4)	2.105.737	1.387.133	699.847	814.989	312.430	148.245	(139.752)	(95.061)	2.978.262	2.255.306
Ativo não circulante (5)	857.969	631.433	639.322	840.095	2.078	2.575	(742)	(1.189)	1.498.627	1.472.914
Alivo nao circulante (3)	037.303	001.400	003.322	040.033	2.070	2.070	(142)	(1.109)	1.430.027	1.4/2.314

- 1) Receitas intersegmentos são eliminadas por ocasião da consolidação.
- 2) O lucro referente a cada segmento operacional.
- 3) Os ativos dos segmentos não incluem despesas antecipadas (R\$15.136), direitos por recursos de consórcios (R\$60.968), cotas de consórcio (R\$27.447), depósitos judiciais (R\$16.806), impostos diferidos (R\$102.452), ativos mantidos para venda (R\$12.296), plano de pensão (R\$756), investimentos (R\$1.719) e outras contas (R\$38.143).
- 4) Os passivos dos segmentos não incluem dividendos (R\$43.163), Juros sobre capital próprio (R\$30.602), participação dos empregados e dos administradores (R\$44.855), obrigações por recursos de consorciados (R\$60.972), partes relacionadas (R\$16.160), provisão para litígio (R\$12.205) e outras contas (R\$77.891).
- 5) Ativo não circulante composto por ativo imobilizado e ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Informações por segmento--Continuação

b) Vendas líquidas por segmentos geográficos

	Veículos e I	mplementos	Auto	peças	Serviços		Ajustes e eliminações		Total consolidado	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Região:										
Mercado nacional	2.165.067	1.808.657	2.236.067	1.734.368	98.665	79.991	(917.535)	(698.750)	3.582.264	2.924.266
Mercosul e Chile	274.714	180.517	90.587	63.595	-	-	(18.085)	(18.250)	347.216	225.862
Nafta	1.943	29	127.167	143.128	-	-	-	-	129.110	143.157
Europa	10.726	22	13.318	11.837	-	-	-	-	24.044	11.859
África	76.195	63.804	8.166	5.579	-	-	-	-	84.361	69.383
América Central e outros										
países da América do										
Sul	24.785	80.674	20.018	13.579	-	-	-	-	44.803	94.253
Oriente Médio	243	-	17.490	10.297	-	-	-	-	17.733	10.297
Ásia	-	-	1.083	2.313	-	-	-	-	1.083	2.313
Oceania	-	-	3.572	2.264	-	-	-	-	3.572	2.264
Outros	3.850	6.807	15.292	11.460	-	-	-	-	19.142	18.267
Total	2.557.523	2.140.510	2.532.760	1.998.420	98.665	79.991	(935.620)	(717.000)	4.253.328	3.501.921

As informações acima sobre a receita consideraram a localidade do cliente.

A receita líquida referente a um dos clientes totalizou R\$242.468 (R\$197.381 em 31 de dezembro de 2012), resultante de vendas feitas pelo segmento de autopeças.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguros são:

	Diago ashoute	Consolidado Total dos limites de indenização		
	Risco coberto	2013	2012	
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	442.540	439.072	
Veículos Aeronaves	Casco RETA, responsabilidade civil e casco	10.738 28.982	12.282 23.436	
Crédito de exportação Responsabilidade civil Acidentes pessoais	Comerciais e políticos Responsabilidade civil	8.228 26.297 46.076	6.658 34.050 34.614	
Acidentes pessodis	Danos pessoais	562.861	550.112	